

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

# **INTEGRAÇÃO MONETÁRIA NO MERCOSUL**

MURILLO CAPANEMA DE SOUZA CUBAS  
Matrícula: 105046882

ORIENTADOR: Prof. João Felipe Mathias  
Email: [jfmathias@yahoo.com](mailto:jfmathias@yahoo.com)

JULHO 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

# **INTEGRAÇÃO MONETÁRIA NO MERCOSUL**

MURILLO CAPANEMA DE SOUZA CUBAS  
Matrícula: 105046882

ORIENTADOR: Prof. João Felipe Mathias  
Email: [jfmathias@yahoo.com](mailto:jfmathias@yahoo.com)

JULHO 2010

*As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor.*

## **Resumo**

Antes do processo de globalização, influentes autores da década de 1960 estudaram as características necessárias e as possibilidades do mundo ser redesenhado economicamente por regiões monetárias em detrimento das fronteiras nacionais. Após a globalização ocorrida nas últimas décadas, nota-se o surgimento de blocos regionais e de diversos acordos comerciais multilaterais que transformaram a estrutura econômica mundial. Um nítido exemplo dessa transformação é a União Européia, o primeiro bloco regional a atingir o mais elevado nível de integração econômica com a instituição da moeda única. O euro suscita debates relevantes acerca da importância e eficiência da moeda única, ao passo que toda a experiência européia apresenta lições e desafios aos demais blocos econômicos existentes, sobretudo o Mercosul, no qual o Brasil está inserido. Este trabalho foca, especificamente, na viabilidade de uma integração monetária no Mercosul, a partir dos estudos de economistas e juristas e da análise histórica do processo europeu, apresentando os motivos pelos quais o Mercosul não está apto a alcançar a união monetária e, tampouco, abrigar uma moeda única.

## **Sumário**

<b>ÍNDICE DE TABELAS.....</b>	<b>6</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS.....</b>	<b>7</b>
<b>SIGLAS.....</b>	<b>8</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS DA ÁREA MONETÁRIA ÓTIMA.....</b>	<b>12</b>
– I.1: Teoria de Mundell.....	12
– I.2: Proposta de McKinnon.....	15
– I.3: Concepção de Kenen.....	17
– I.4: Síntese sobre as Teorias das Áreas Monetárias Ótimas.....	21
<b>CAPÍTULO II - EXPERIÊNCIA DA UNIÃO EUROPÉIA.....</b>	<b>27</b>
– II.1: Histórico sobre a criação da zona do euro.....	27
– II.2: Características pós-integração monetária.....	31
<b>CAPÍTULO III- INTEGRAÇÃO MONETÁRIA NO MERCOSUL.....</b>	<b>38</b>
– III.1: Ações necessárias para a implantação da união monetária.....	38
– III.2: Entraves econômicos, políticos e sociais.....	48
– III.3: Integração monetária no Mercosul: teoria versus prática.....	53
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>63</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela I:</b> Taxa anual de inflação na União Européia, Zona do Euro, Estados Unidos e Japão entre 1997 e 2008.....	32
<b>Tabela II:</b> Resultado fiscal em relação ao PIB da zona do euro, da União Européia e dos principais países europeus entre 1998 e 2009.....	33
<b>Tabela III:</b> Porcentagem da taxa de emprego na União Européia, Zona do Euro, Estados Unidos e Japão entre 1997 e 2008.....	34
<b>Tabela IV:</b> Porcentagem da taxa de desemprego na União Européia, Zona do Euro, Estados Unidos e Japão entre 1997 e 2008.....	34
<b>Tabela V:</b> Taxa anual do crescimento real do PIB na União Européia, Zona do Euro, Estados Unidos e Japão entre 1999 e 2008.....	35
<b>Tabela VI:</b> Razão da dívida do governo sobre o PIB na zona do euro, na União Européia e nos principais países europeus entre 1998 e 2009.....	36
<b>Tabela VII:</b> Informações acerca do índice de desenvolvimento humano (IDH), esperança média de vida, taxa de alfabetização e de mortalidade infantil nos países membros do Mercosul.....	52

## **ÍNDICE DE QUADROS**

**Quadro I:** Critérios gerais dos principais autores para a obtenção de uma Área Monetária Ótima.....26

**Quadro II:** Caso Europeu: Cronograma das etapas para obtenção da integração regional.....31

**Quadro III:** Mercosul: Teoria versus Prática.....57

## **SIGLAS**

ALADI - Associação Latino-Americana de Integração

AMO – Área Monetária Ótima

BCB – Banco Central do Brasil

BCE - Banco Central Europeu

CCE - Comissão das Comunidades Europeias

CECA - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE - Comunidade Económica Europeia

EURATOM - Comunidade Europeia da Energia Atômica

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOCEM - Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IME - Instituto Monetário Europeu

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

SEBC - Sistema Europeu dos Bancos Centrais

SME - Sistema Monetário Europeu

TEC – Tarifa Externa Comum

UE – União Europeia

UME - União Monetária Europeia



## INTRODUÇÃO

A integração monetária no Mercosul começou a ser discutida a partir de 1997 após um encontro bilateral entre os presidentes argentino e brasileiro, Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente. Devido à bem sucedida implementação da zona do euro, políticos, juristas e economistas dos países-membros intensificaram o debate acerca da união monetária no Mercosul. Um assunto de tamanha importância necessita ser amplamente analisado, visto que provocaria diversas transformações nos âmbitos político, econômico e social das nações envolvidas.

O Tratado de Assunção assinado em março de 1991 tinha como objetivo criar um mercado comum entre os países signatários – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Nasce o Mercosul, que ganha reconhecimento jurídico e internacional como uma organização após a assinatura do Protocolo de Ouro Preto em 1994.

Um processo de integração regional completo abrange cinco etapas: i) área de livre comércio; ii) união aduaneira; iii) mercado comum; iv) união monetária; e, v) união política. Segue abaixo uma síntese de cada etapa.

i) Área de Livre Comércio: A primeira etapa para a formação de um bloco econômico efetivo. Basicamente, significa implantar um sistema de eliminação de barreiras tarifárias e alfandegárias.

ii) União Aduaneira: Considerada a segunda etapa do processo, institui uma tarifa externa comum para os membros do bloco.

iii) Mercado Comum: A terceira etapa condiz com uma livre circulação de bens e fatores (pessoas, serviços e capital).

iv) União Monetária: Nesta etapa cria-se uma política monetária comum, uma moeda única e um banco central comum a todos os países membros.

v) União Política: O último passo para atingir uma integração efetiva forma um poder supranacional, principalmente no que diz respeito às relações externas, defesa e segurança dos membros do bloco. Nessa etapa, ocorre a perda da autonomia dos estados nacionais.

É nítido inferir que a intenção inicial do Tratado de Assunção, como o próprio nome do acordo sugere, era atingir a terceira etapa do processo. Respeitando o cronograma acima, o próximo passo seria a União Monetária. E, exatamente esta quarta etapa é o foco do presente trabalho.

Atualmente, apesar das dificuldades, o Mercosul é considerado uma união aduaneira. Será viável atingir o grau de união monetária? É possível transportar a estratégia adotada na Europa para a América do Sul? Quais são os impedimentos para o avanço do processo de integração na região?

Questões como estas serão respondidas ao longo do trabalho. O objetivo do mesmo é estudar a viabilidade da integração monetária no Mercosul, analisando especificamente as ações necessárias para alcançar a quarta etapa. As limitações políticas, sociais e econômicas da região são um forte entrave à união monetária e, diante de tais dificuldades, a hipótese – defendida no trabalho - de não obtenção da integração monetária é enorme. Para tanto, o estudo está estruturado em três capítulos, além da introdução e conclusão.

O primeiro capítulo abordará os fundamentos teóricos para a obtenção de uma área monetária ótima. Este será dividido em quatro seções: três delas referentes às idéias dos principais autores sobre o tema e a quarta contendo uma síntese sobre as teorias das áreas monetárias ótimas.

O segundo capítulo ilustrará a experiência européia com a criação da zona do euro. Dividido em duas seções, o capítulo dará um breve histórico dos acontecimentos que culminaram na zona do euro e apresentará as consequências do período pós-integração monetária a fim de confirmar ou não o êxito do processo de integração.

O terceiro capítulo analisará a situação do Mercosul diante de suas especificidades e limitações. Distribuído em três seções, a primeira discorrerá sobre os entraves econômicos, políticos e sociais do bloco; a segunda seção fornecerá algumas das ações necessárias para a implantação da união monetária na região; e, por fim, a terceira mostrará os possíveis impactos de uma zona monetária integrada no Mercosul.

## **CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS DA ÁREA MONETÁRIA ÓTIMA**

Os debates acerca da criação de áreas monetárias ótimas têm como ponto de partida as idéias de renomados autores sobre o assunto. A intenção deste capítulo é apresentar os aspectos relevantes da argumentação dos principais autores, visando fornecer as ferramentas necessárias para a compreensão e análise crítica do tema.

### **I.1 - Teoria de Mundell**

O artigo de Robert Mundell (1961) questiona o sistema de moedas nacionais interligados por taxas de câmbio flexíveis. Tal sistema é comumente utilizado para ajustar o balanço de pagamentos, seja quando há déficit, onde a depreciação da moeda colabora para amenizar o desemprego, ou quando há superávit, onde a apreciação da moeda ajuda a corrigir um problema inflacionário. A pergunta central do artigo refere-se à definição da melhor opção para países que planejam a união monetária: permitir a flutuação das moedas em relação aos outros países ou preferir uma moeda única para o bloco?

Logo, surge uma questão relevante para o entendimento da idéia de Mundell (1961): qual o domínio apropriado de uma área monetária?

O autor desenvolve um modelo simples entre dois países (ou regiões) que serão denominados A e B. Inicialmente, eles se encontram em pleno emprego e com equilíbrio no balanço de pagamentos. Entretanto, essa situação de equilíbrio é interrompida por uma mudança na demanda de produtos de B para A. Dado que salários e preços não podem ser reduzidos no curto prazo sem causar desemprego e que os países possuem moeda nacional e as autoridades monetárias agem com o intuito de prevenir a inflação, uma mudança de demanda de B para A gerará desemprego em B e pressão inflacionária em A.

No caso de um aumento dos preços em A, o peso do ajuste econômico em B será menor, explica Mundell (1961). Porém, ele deixa claro que se A restringir o crédito para evitar a inflação, todo o ajuste se faria por meio de B. Portanto, seria necessária uma

redução da renda real em B - o que não aconteceria via termos de troca, visto que B não pode diminuir os preços e A não pode elevá-los - e conseqüentemente, deverá ocorrer um declínio na renda e no emprego em B.

Mundell (1961) identifica que a política de países superavitários em conter a elevação dos preços promove uma tendência recessiva à economia mundial organizada em taxas de câmbio fixas ou em áreas monetárias com moedas distintas.

O próprio autor contraria o argumento anterior ao sugerir que A e B venham a compor uma economia fechada e caracterizada por uma moeda comum, onde o governo promoveria uma política de pleno emprego. Ao utilizar-se da mudança na demanda de produtos de B para A, observa-se um superávit no balanço de pagamentos de A. Com o objetivo de corrigir o desemprego em B, Mundell (1961) propõe que a autoridade monetária aumente a oferta de moeda. Todavia, tal expansão intensifica a pressão inflacionária em A, só que esta seria a melhor solução para a política de pleno emprego na região deficitária, pois os termos de troca contrários a B se invertem ao elevarem os preços na área superavitária.

Mundell (1961: p. 659) afirma:

*“In a currency area comprising different countries with national currencies the pace of employment in deficit countries is set by the willingness of surplus countries to inflate. But in a currency area comprising many regions and a single currency, the pace of inflation is set by the willingness of central authorities to allow unemployment in deficit regions.”*

Ele considera que uma mudança institucional seria capaz de aproximar a política de pleno emprego e a política anti-inflacionária. Na luta contra o desemprego, isto ocorreria quando os bancos centrais concordassem que o custo do ajuste internacional deveria recair sobre os países superavitários, os quais permitiriam uma maior inflação até que o desemprego fosse eliminado nos países deficitários ou quando um banco central mundial fosse criado com poder para lançar meios de pagamentos internacionais. Apesar dos esforços, Mundell (1961) entende que ambas as soluções não evitariam a inflação e o

desemprego ao mesmo tempo, visto que o problema consiste na definição do domínio da área monetária e não em seu tipo, pois uma área monetária ótima não compreenderia todo o mundo.

A existência de mais de uma área monetária no mundo implica em taxas de câmbio flexíveis. A partir dessa premissa, Mundell (1961) analisa qual seria o domínio ideal para consolidar uma área monetária ótima. O fato de a moeda nacional provocar distintos impactos em diferentes regiões de um determinado país, visto que não é possível desfazer o dilema entre inflação e desemprego, corrobora seu argumento acerca das áreas monetárias regionais. Para o autor, estas regiões, segundo suas próprias características, tornar-se-iam a base para a formação de uma área monetária ótima.

Na prática, Mundell (1961) acredita que o argumento de taxas de câmbio flexíveis com moedas nacionais só é válido quando há mobilidade de fatores. Segundo ele, se a mobilidade de fatores for alta internamente e baixa externamente, o sistema de moedas nacionais funciona suficientemente bem. Entretanto, caso regiões atravessem as fronteiras nacionais ou caso países sejam multi-regionais, então o argumento a favor da taxa de câmbio flexível somente seria válido para moedas reorganizadas regionalmente.

De acordo com o autor, a maneira mais sensata de delinear uma região com capacidade para se tornar uma área monetária ótima seria mensurar o grau de mobilidade interna dos fatores. Ele aborda a questão dos limites máximos e mínimos para a formação de áreas monetárias. Dessa forma, é possível encontrar um grande número de regiões capazes de se tornarem áreas monetárias ótimas, partindo do princípio da mobilidade dos fatores. Porém, o artigo cita alguns fatores inibidores, como por exemplo: a região não deve ser tão pequena a ponto de um único especulador ser capaz de afetar seus preços de mercado e não deve sofrer variações na sua renda real através de ajustes salariais ou ajustes no nível de preços, mas pode aceitar tais mudanças através de variações na taxa de câmbio. Logo, é nítido inferir que nem todas as regiões passíveis de constituírem uma área monetária ótima pela mobilidade dos fatores serão plenamente contempladas, pelo fato de não atenderem aos demais fatores expostos.

## **I.2 – Proposta de McKinnon**

Seguindo a busca de Mundell em determinar as características que definem o tamanho ideal do domínio de uma área monetária, McKinnon (1963) apresenta a ideia da otimização. Ao discutir a influência da abertura da economia focando na razão de produtos *tradable* por produtos *non-tradable*, o autor trata do problema da conciliação do balanço interno com o externo, dando ênfase na necessidade de estabilidade interna do nível de preços.

McKinnon (1963: p. 717) relata o seguinte:

*“‘Optimum’ is used here to describe a single currency area within which monetary-fiscal policy and flexible external exchange rates can be used to give the best resolution of three (sometimes conflicting) objectives: (1) the maintenance of full employment; (2) the maintenance of balanced international payments; (3) the maintenance of a stable internal average price level.”*

Ele sugere que a razão entre produtos *tradable* e *non-tradable* é um simples conceito assumindo que todos os produtos podem ser classificados entre eles, participando do comércio internacional ou não. Os custos de transporte é que diferenciam uma classe da outra.

McKinnon (1963) define produtos *non-tradables* como sendo aqueles que não participam do comércio internacional. Já a definição dos *tradables* é dividida em dois grupos: i) exportáveis - produtos domésticos e, em parte, exportados; ii) importáveis - produtos domésticos e similares ao importados.

Continuando sua análise, o autor revela que o excesso de produtos exportáveis sobre a exportação dependerá diretamente do consumo interno, o qual tende a ser pequeno quando a produção exportável é pouco diversificada. Da mesma forma, o excesso de produtos importáveis consumidos sobre as importações dependerá da especialização das importações.

McKinnon (1963) considera que os termos de troca serão pouco influenciados pela política econômica doméstica, partindo de uma área significativamente pequena. Isto porque, segundo sua hipótese, os preços domésticos de produtos *tradables* estarão mais fortemente relacionados aos preços internacionais através das taxas de câmbio do que aos preços domésticos de produtos *non-tradables*.

O autor desenvolve dois casos em seu artigo com o propósito de reforçar justificativas teóricas considerando que mudanças relativas de preços entre produtos *tradables* e *non-tradables* são mais importantes do que mudanças nos termos de troca referentes ao equilíbrio externo. Somam-se a isto, flutuações na taxa de câmbio externa, responsáveis por alterações na demanda por importações e exportações que não são compatíveis com a estabilidade interna do nível de preços para uma economia altamente aberta.

Em uma economia bastante aberta e próxima do pleno-emprego, melhorias na balança comercial seriam realizadas através da diminuição da absorção doméstica, explicita McKinnon (1963). Ele afirma que, no caso de uma economia completamente aberta, ou seja, onde todos os produtos produzidos e consumidos são *tradables* com preços determinados pela economia mundial, a única maneira de melhorar a balança comercial seria diminuindo os gastos domésticos enquanto mantendo os níveis de produção intactos.

Ademais, o autor procura mostrar que quanto mais as economias fechadas se transformam em economias abertas, mais ineficazes as taxas de câmbio flexíveis se tornam como instrumento de controle do balanço externo e como meio de estabilizar o nível de preços interno. Inclusive, seu argumento é de que quanto menor for o setor de produtos *non-tradable*, menor será o impacto imediato da redução de gastos sobre o emprego e a produção total, e mais eficiente será a política de corte de gastos como instrumento de melhoria do balanço externo.

McKinnon (1963) pressupõe que quando a produção de produtos *non-tradable* é muito maior do que as importações e as exportações, em uma economia grande e fechada, os ajustes monetários ótimos deveriam atrelar a moeda doméstica aos produtos *non-tradables*.



Com isso, os preços nacionais seriam fixados em relação aos *non-tradables*, o que mudaria a taxa de câmbio e afetaria os preços domésticos dos produtos *tradables* para melhorar a balança comercial.

O autor considera que se uma área for pequena a ponto de a razão entre os produtos *tradable* e *non-tradable* ser grande e a determinação do preço ser baseada na moeda estrangeira, então as consequências de se atrelar a moeda doméstica aos produtos *non-tradable* serão menos eficientes. Mas se as pequenas áreas comercializam bastante entre si e atrelam suas moedas a um pacote significativo de importações, estas moedas estarão interligadas. Por conseguinte, McKinnon (1963) revela que um sistema de câmbio fixo é necessário para manter a liquidez das moedas individuais de pequenas áreas.

Ele ainda explica que os movimentos de capitais entre pequenas áreas são mais importantes para promover uma especialização econômica eficiente e crescimento econômico do que livres movimentos de capital entre áreas grandes e economicamente desenvolvidas. Além disso, tais movimentos são beneficiados quando há contratos em moeda comum pelo simples fato de reduzir o custo de transação.

McKinnon (1963) orientou seu trabalho focando na extensão ótima de uma área monetária em termos de tamanho e estrutura, considerando a razão entre os produtos *tradable* e *non-tradable* com o intuito de promover mudanças nos recursos entre as várias indústrias. Seu modelo observa também o grau de imobilidade interna de recursos inter-industriais como um obstáculo a ser superado. Portanto, o critério de tamanho e abertura de uma economia com moeda única estão também sujeitos às facilidades de mudanças de produção inter-industrial e à mobilidade de fatores de produção.

### **I.3 - Concepção de Kenen**

Kenen (1969) estuda as ideias de Mundell sobre áreas monetárias ótimas e apresenta duas definições: a primeira sobre a otimização e a segunda sobre regiões econômicas.

Segundo ele, a otimização se relaciona com as características do mercado de trabalho. Se o regime cambial predominante for flexível ou fixo, o ótimo será alcançado caso mantenha o equilíbrio externo sem criar desemprego ou inflação de salários induzida pela demanda. Porém, se o regime monetário não é ótimo, ele provoca o desemprego dentro de uma determinada área ou obriga outra parte da região a aceitar a inflação como solução ao desemprego.

A segunda noção foi apresentada por Mundell (1961) de uma maneira funcional, ou seja, a partir do delineamento de uma região econômica. Kenen (1969) entende que não é possível encontrá-la em um mapa, somente através da análise de uma matriz insumo-produto. Ele afirma que uma região se define como um conjunto de produtores homogêneos que usam a mesma tecnologia e deparam-se com uma curva de demanda similar, além de sofrerem ou prosperarem juntos diante de mudanças nas circunstâncias.

Kenen (1969) propõe a fixação do câmbio, quando a mão-de-obra desloca-se livremente entre as distintas regiões, pois não há necessidade de alterar os termos de troca quando se enfrenta um problema externo. Ademais, ele afirma que quando há mobilidade de trabalho entre todas as regiões que compõem um país e entre países que pretendem integrar uma união monetária, estes se caracterizariam como uma área monetária ótima.

O próprio autor estuda a possibilidade de não existir mobilidade de trabalho e, nesse cenário, o ideal seria deixar as moedas de um determinado número de países flutuarem em relação às outras, para alterarem os termos de troca a fim de amenizar a rigidez do sistema. Ele sinaliza que a ausência de mobilidade entre as regiões de um mesmo país dificultaria a manutenção do pleno emprego e da estabilidade dos preços, enquanto a nação necessitaria de políticas internas bem complexas para redistribuir a demanda ao invés de aumentá-la ou diminuí-la.

Kenen (1969) dá a entender que Mundell (1961) considera a mobilidade inter-regional dos fatores como um possível substituto para as mudanças nos tipos de câmbios regionais. E que, por sua vez, toda área na qual a mão-de-obra pode deslocar-se livremente delineia o domínio ideal de uma união monetária ou tipos de câmbios fixo. Segundo ele, o

argumento de Mundell (1961) revela que a área monetária ótima deve ser sempre pequena, visto que as regiões delineadas pelas suas atividades (a despeito da geografia ou política) evidenciam uma perfeita mobilidade ocupacional devido à mobilidade inter-regional do trabalho. Porém, Kenen (1969) não aceita a definição do domínio das áreas monetárias ótimas a partir da delimitação de zonas de mobilidade do trabalho, porque tal mobilidade perfeita dificilmente ocorre.

Kenen (1969) enumera outros critérios para que futuramente os Bancos Centrais decidam qual tipo de câmbio deve ser empregado. A escolha cambial deve ser baseada no nível de diversificação de produtos de um país, no número de regiões monoprodutoras de uma nação, que pode ser mais importante do que a mobilidade do trabalho. Levando em consideração estas questões, o autor ressalta três pontos:

- i) Uma economia bem diversificada não precisará se submeter a tantas alterações de seus termos de troca como uma economia monoprodutora.
- ii) Ao se enfrentar uma queda na demanda das principais exportações, o desemprego não se elevará de maneira tão firme, algo que ocorreria em uma economia menos diversificada.
- iii) A conexão entre as demandas externa e interna, especialmente a relação entre as exportações e os investimentos, serão mais frágeis em economias diversificadas, de modo que as variações na mão-de-obra doméstica de produtos importados não serão tão afetadas por variações na formação de capital.

Com relação ao primeiro ponto, o autor acrescenta o fato de que um país especializado em um grande número de atividades também deverá exportar uma ampla variedade de produtos. Cada exportação individual pode gerar distúrbios, seja devido a mudanças na demanda externa ou na tecnologia. Contudo, ele insiste que, se estes distúrbios são independentes, em consequência das variações específicas na composição dos gastos ou do produto, um país pode sofrer retrocessos em suas exportações ou obter grandes êxitos. A

exportação total, por sua vez, será mais estável do que em países com uma economia menos diversificada.

Para Kenen (1969), a diversificação de produtos e das exportações não garante a estabilidade doméstica. O ideal seria ter uma mobilidade de trabalho suficiente para absorver eventuais turbulências econômicas. O autor defende que, se cada produto exportado difere-se bastante dos demais, os distúrbios externos serão independentes e os ganhos com a exportação serão estáveis, apesar da mobilidade dos fatores ser bastante baixa. Ele sugere que os produtos classificados como diferentes para o consumo final também deveriam ser distintos quanto às formas de produção de modo que os fatores de produção utilizados em um, não seriam adaptáveis para a fabricação do outro. Porém, na criação de produtos similares, tanto trabalhadores como outros recursos poderiam ser aproveitados.

Quanto ao segundo item, Kenen (1969) ressalta a possibilidade de flutuação nas exportações. A diversificação da produção iria mitigar os danos provocados por choques externos. Na última parte de sua argumentação, ele se refere às flutuações na demanda das exportações que poderiam afetar o investimento nacional, além de que o aumento na demanda de qualquer produto exportado pode elevar o grau de investimento nessa indústria. Por outro lado, ele garante que uma queda na demanda por algum produto exportado não gera um decréscimo de mesma magnitude no investimento nacional.

*“Here, much will depend on the capital-intensities of the nation’s industries and on investors’ judgments regarding the duration of the export disturbance. Yet the asymmetries, if they exist, cannot be large enough to vitiate my basic point. Diversity in exports, protecting the economy from external shocks, will surely help to stabilize capital formation, easing the burden that has to be borne by internal policies.”* (KENEN, 1969: p. 53)

Kenen (1969) conclui que o regime de câmbio fixo é mais apropriado para economias amplamente diversificadas. Segundo ele, no momento *ex ante*, a diversificação serve para compensar choques externos e estabilizar a formação interna de capital. Já no *ex post*, serve para minimizar os prejuízos causados quando a compensação é incompleta. Ademais, o autor afirma que tal regime não deixa de ser um pré-requisito para a mobilidade

interna dos fatores, enfatizada por Mundell (1961), pois as atividades maximizarão o número de oportunidades de emprego para cada trabalho específico.

#### **I.4 - Síntese sobre as Teorias das Áreas Monetárias Ótimas**

De acordo com Kawai (1987), uma área monetária ótima refere-se a um domínio geográfico ótimo contendo uma única moeda ou um conjunto de moedas cujo valor de troca é fixo e ilimitado para transações correntes e de capital. Tal zona ótima utiliza taxa de câmbio flexível em relação ao resto do mundo. O autor considera que o termo “ótimo” está atrelado ao objetivo macroeconômico no qual se deve manter o equilíbrio do balanço interno e externo. Ele afirma que o equilíbrio do balanço interno é atingido no melhor ponto entre os níveis de inflação e desemprego e que o equilíbrio do balanço externo envolve os balanços de pagamentos intra e inter-áreas.

Kawai (1987) explica que o conceito de áreas monetárias ótimas foi desenvolvido a partir do debate entre a utilização de taxas de câmbio fixas ou flexíveis. Segundo ele, os defensores das taxas flexíveis argumentavam que uma nação atormentada pela rigidez de preços e salários deveria adotar o câmbio flexível a fim de manter o equilíbrio do balanço interno e externo. Isso porque, sob taxas de câmbio fixas e com rigidez de preços e salários, qualquer esforço para corrigir desequilíbrios nos balanços internacionais produziria desemprego e inflação, enquanto sob o regime de taxas flexíveis, mudanças nos termos de troca e no salário real tirariam um grande peso dos ajustes reais.

O autor relata que tais argumentos a favor da flexibilidade cambial deixaram a impressão de que todos os países deveriam adotar esse sistema. Porém, segundo ele, como os países possuem características distintas e a teoria de áreas monetárias ótimas afirma que se uma nação é altamente integrada com o resto do mundo a respeito de transações financeiras, mobilidade de fatores ou comércio, as taxas de câmbio fixas reconciliarão os balanços interno e externo com maior eficiência.

Para Kawai (1987), é possível inferir algumas propriedades cruciais de uma área monetária ótima. Segue abaixo uma relação das características mais relevantes sobre o tema em sua opinião:

i) Flexibilidade de preços e salários:

Este era o assunto central do debate entre taxa de câmbio fixas ou flexíveis. Foi o principal argumento de Friedman (1953) a favor da utilização do sistema flexível e do desenvolvimento das teorias de áreas monetárias ótimas.

Kawai (1987) resume que quando há flexibilidade de preços e salários em uma determinada área, os países ou regiões nela inseridos deveriam fixar suas taxas de câmbio. Tal decisão facilitaria os ajustes reais instantâneos (mudanças alocativas nos recursos produtivos e na composição de produtos para o consumo final ou para investimento) e não provocaria desemprego caso algum distúrbio afetasse o balanço de pagamento inter-regional. Portanto, ele mostra que a variação relativa nos preços e salários reais realizaria o ajuste por si só, não havendo a necessidade de taxas de câmbio flexíveis.

Por outro lado, quando os preços e salários são inflexíveis, Kawai (1987) associa o ajuste ao desemprego em uma área e à inflação em outra. Nessa situação, ele sugere que taxas de câmbio flexíveis entre as regiões são importantes para assumir o papel da flexibilidade de preços e salários no processo de ajuste real.

ii) Integração do mercado de fatores:

Mundell (1961) argumentou que uma área monetária ótima é definida pela mobilidade interna de fatores e pela sua imobilidade externa. A movimentação interna de fatores é capaz de segurar um aumento dos preços reais dos fatores quando há distúrbios na demanda e na oferta. Além do exposto, a mobilidade dos fatores alivia o peso de ajustes de longo-prazo no momento em que ocorrem desequilíbrios no balanço de pagamentos.

Então, Kawai (1987) assume que a integração do mercado de fatores sustenta o sistema de taxas de câmbio fixas numa determinada região, visto que este não interfere na manutenção do balanço de pagamentos inter-regional. Inclusive, o equilíbrio do balanço interno pode ser assegurado por políticas monetária e fiscal e o equilíbrio externo com relação ao resto do mundo será atingido com a utilização de taxas de câmbio flutuantes.

iii) Integração dos mercados produtores:

Para uma área monetária ser bem sucedida, Kawai (1987) revela ser necessário um alto grau de abertura interna, isto é, grande proporção de comércio dentro da região. A abertura de uma área qualquer, segundo ele, pode ser medida pela razão de produtos *tradable* por *non-tradable* na produção e no consumo, pela razão entre exportações mais importações sobre o PIB e pela propensão marginal a consumir.

McKinnon (1963) levantou a questão se uma área com um certo grau de abertura comercial deveria escolher taxas de câmbio flutuantes em relação a outras áreas ou simplesmente juntar-se a elas para formar uma maior área monetária. Caso uma área tenha um alto grau de abertura a ponto que a parcela dos produtos *tradables* seja bem superior aos *non-tradables* tanto no consumo quanto na produção, a flexibilidade da taxa de câmbio não será eficiente em ajustar o desequilíbrio no balanço de pagamentos. Isso ocorrerá porque a variação na taxa de câmbio irá anular as mudanças nos preços relativos sem causar impactos nos termos de troca e salários reais.

Entretanto, o próprio McKinnon (1963) assegura que, se uma área for considerada fechada diante do resto do mundo, ela deveria atrelar sua taxa cambial aos produtos *non-tradables* para estabilizar o valor da moeda internamente e flexibilizar a política de câmbio a fim de ajustar o balanço externo. Nessa situação, a taxa de câmbio flexível seria eficaz porque faria as mudanças necessárias para os preços relativos dos produtos *tradables* e para os salários reais.

iv) Integração política:

Kawai (1987) cita que para ter o sistema de áreas monetárias ótimas funcionando perfeitamente, deve-se ter total confiança na permanência da rigidez cambial e na convertibilidade ilimitada entre as moedas dos membros da região. Para o autor, isso requer uma coordenação conjunta entre as autoridades monetárias e a criação de um banco central supranacional. Portanto, renunciar à autonomia nacional é mais do que um processo econômico, é um processo político e dessa maneira, a integração política é um aspecto especial a ser discutido.

Vale ressaltar a importância do trabalho de Kenen (1969) acerca da diversificação da produção, como explicitado anteriormente, e o de Ingram (1962 *apud* Kawai 1987) sobre a integração do mercado financeiro. Segundo ele, o mercado financeiro poderia ser um meio de ajuste de desequilíbrios temporários (mas não permanentes) no balanço de pagamentos inter-regional, onde os fluxos de capitais poderiam amenizar as ações de ajuste real ou até mesmo torná-las desnecessárias.

De acordo com diversos autores<sup>1</sup>, o mais importante benefício proveniente da participação em uma área monetária é a intensificação da utilidade da moeda. Kawai (1987) nota que a moeda é uma contribuição social que simplifica o cálculo econômico, facilita a realização de transações e promove a integração dos mais variados mercados. Ele lista que, quando se utiliza uma única moeda (ou uma atrelada à outra, mas com convertibilidade total), há a redução do risco de futuras flutuações, maximização dos ganhos no comércio, eliminação dos custos de transação e melhora da eficiência alocativa.

Kawai (1987) lembra-se do fato das externalidades serem geradas de várias formas e que a participação numa área monetária significa que o país membro atrelou sua moeda a uma classe representativa de produtos da área. Logo, ele considera que uma nação instável pode obter maior liquidez de forma prudente, pois uma área monetária bem integrada divide os riscos entre os membros, tornando cada membro e a toda a área mais segura diante de possíveis problemas.

---

<sup>1</sup> Mundell (1961), McKinnon (1963), Kindleberger (1972) e Tower e Willet (1976) *apud* Kawai (1987).



O mesmo autor garante que um desequilíbrio no balanço de pagamentos inter-regional é acomodado imediatamente por um fluxo de transações financeiras o qual permite a um país deficitário reunir recursos de outro superavitário até que o custo do ajuste se espalhe ao longo do tempo. Fora isso, a redução da reserva internacional e a eliminação de capitais especulativos também são considerados por ele fatores benéficos da participação em uma área monetária integrada.

Com relação aos custos, Kawai (1987) reforça que, a princípio, o sistema de taxas de câmbio flexíveis assegura a independência monetária de cada país. Todavia, ele afirma que a rigidez cambial requer uma política monetária unificada e coordenada, retirando a liberdade de cada país em atuar de forma independente. Tal custo é alto se algum país membro tenha baixa tolerância ao desemprego e é alvo de grandes pressões inflacionárias e salariais oriundas de indústrias monopolísticas, sindicatos de trabalhadores e contratos de longo prazo. Por outro lado, o autor mostra que o custo pode ser baixo caso algum país apresente curva de Phillips verticalmente inclinada, pois assim não teria muita liberdade para escolher o ponto ótimo entre inflação e desemprego.

Por fim, Kawai (1987) deixa claro que a formação de uma área monetária é um processo dinâmico e que, para atingir uma integração completa, a confiança do público no sistema deve crescer, novos benefícios devem aparecer e custos devem ser minimizados. Segundo ele, uma análise intertemporal entre custos e benefícios é necessária para ajudar na decisão de participar do sistema, considerando se os benefícios futuros serão superiores ou não aos custos futuros.

O Quadro I apresenta uma análise comparativa das principais idéias dos mais influentes autores sobre áreas monetárias ótimas. Tais critérios foram expostos detalhadamente ao longo do presente capítulo.

**Quadro I - Critérios gerais dos principais autores para a obtenção de uma Área Monetária Ótima**

<b>Mundell</b>	<b>McKinnon</b>	<b>Kenen</b>
1) Áreas monetárias regionais;	1) Razão de produtos tradable por non-tradable;	1) Nivel de diversificação de produtos;
2) Mobilidade interna dos fatores de produção;	2) Mobilidade interna de recursos inter-industriais;	2) Câmbio fixo.
3) Câmbio flexível.	3) Câmbio fixo.	

Fonte: Própria

Como se pode observar, não há consenso entre as principais referências teóricas acerca de uma AMO. Toda a análise sobre o assunto teve início em Mundell (1961) e os trabalhos de McKinnon (1963) e Kenen (1969) buscaram tanto complementar quanto rebater certas idéias de seu precursor. O desafio é compreender a ótica de cada autor a fim de descobrir o motivo das diferentes concepções.

Mundell (1961) sugere o câmbio flutuante visto que seu artigo aborda o delineamento de regiões econômicas - similares internamente, porém distintas externamente – mas, sobretudo, foca na ligação entre as regiões. McKinnon (1963) e Kenen (1969) também discorrem sobre o domínio ideal de uma AMO, entretanto intensificaram suas análises nas condições internas necessárias para a obtenção da mesma. Logo, nota-se que os trabalhos possuem pontos de interseção e discordância<sup>2</sup>, porém atuam sob diferentes perspectivas.

A teoria fornece mecanismos tangíveis para se atingir uma área monetária ótima e, portanto, o próximo capítulo abordará o lado prático da discussão, apresentando o caso da UE, o único bloco econômico a atingir a integração monetária até 2010.

---

<sup>2</sup> Kenen (1969), por exemplo, não aceita o delineamento da AMO elaborado por Mundell (1961) através do grau de mobilidade dos fatores.

## **CAPÍTULO II - EXPERIÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA**

A avaliação de como foi elaborado e posto em prática o processo de integração monetária europeia deve ser utilizada como referência para os países membros do Mercosul, no sentido de buscar repetir o sucesso obtido em algumas áreas e, ao mesmo tempo, evitar as falhas observadas nos períodos pré e pós-integração. Apesar de estar atento às diferentes conjunturas, o objetivo do capítulo é demonstrar como se deu o processo de integração na Europa e quais os resultados advindos do projeto.

### **II.1 Histórico sobre a criação da zona do euro**<sup>3</sup>

Em 2010, milhões de cidadãos europeus possuem o euro como moeda em 16 estados-membros da UE. Espera-se que outros venham a integrar a UE<sup>4</sup> no futuro. Afinal, de onde surgiu a idéia acerca da criação de uma moeda única na Europa?

Após a assinatura do acordo que viria a mudar o rumo das relações econômicas globais na conferência de Bretton Woods em 1944 e de duas guerras mundiais que assolaram a Europa, os cidadãos europeus se conscientizaram de que a cooperação internacional era extremamente importante para dar fim a uma era de conflitos avassaladores. Sendo assim, em nove de maio de 1950<sup>5</sup>, o ministro francês Robert Schuman pronunciou-se a favor da criação de uma comunidade pacífica. Logo, em 1951, Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos se uniram e instituíram a CECA. Anos depois, em 1957, o tratado de Roma constituiu a CEE e a EURATOM.

Em 1969, Raymond Barre propôs uma maior coordenação das políticas econômicas e a intensificação da cooperação monetária em um relatório que leva o seu próprio nome. Em dezembro do mesmo ano, chefes de governo europeus reuniram-se em Haia, na Holanda,

---

<sup>3</sup> Seção baseada na visão da UE sobre os principais acontecimentos que antecederam à criação da zona do euro. © União Europeia, 1995-2010

<sup>4</sup> Adesões à UE, antiga CEE: Dinamarca, Irlanda, Reino Unido, Grécia, Portugal, Espanha, Áustria, Finlândia, Suécia, República Checa, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Bulgária e Romênia. Candidatas à adesão: Croácia, Turquia, Macedônia e Islândia.

<sup>5</sup> Conhecido como Dia da Europa.

para uma conferência onde decidiram criar a UME. Durante a reunião, um grupo liderado pelo então primeiro-ministro de Finanças de Luxemburgo, Pierre Werner, foi encarregado de apresentar um estudo sobre as possibilidades e as ações necessárias para transformar a então CEE em UME no prazo de 10 anos.

O relatório Werner foi apresentado em outubro de 1970. Este recomendava a criação de um centro de decisão, o reforço na coordenação das políticas econômicas, principalmente aquelas referentes ao orçamento público e controle dos déficits. Sobretudo, o relatório previa a obtenção da UME após a finalização de um plano que continha três fases: i) redução das bandas de flutuação entre as moedas dos países-membros; ii) livre entrada e saída de capitais através da integração dos mercados financeiros; iii) fixação plena das taxas de câmbio entre as nações participantes. Em meados de 1971, as propostas de Werner foram aceitas e os países-membros passaram a buscar a implementação da UME.

Ocorre que, de acordo com a ótica da UE, o declínio do sistema de Bretton Woods em 1971 e a liberação do governo americano em fazer sua moeda flutuar gerou uma forte incerteza nos mercados acerca da capacidade das moedas européias conseguirem manter a paridade entre si. Tal receio afetou gravemente a continuidade do plano europeu.

Apenas em 1979, o projeto deu novo passo importante. A UE entende que por influência francesa e alemã, foi criado o SME, onde seus objetivos eram a estabilização das taxas de câmbio, a redução da inflação e a cooperação dos estados-membros para se chegar à UME. Para a UE, dever-se-ia adotar taxas de câmbio fixas para suas moedas, ainda que o sistema fosse flexível a alguns ajustes. A única moeda a não participar do mecanismo seria a libra esterlina. Após 10 anos de existência, o SME apresentou progressos significativos que viabilizaram a estabilidade das moedas em função da pequena variação das taxas de câmbio. Diante da evolução dos fatos, houve, em 1986, a assinatura do Ato Único Europeu que instituiu as etapas e o calendário para a Europa atingir o mercado único em 1992.

Durante o Conselho Europeu de 1988, foi formado um comitê de estudos da união econômica e monetária. Liderado por Jacques Delors e contando com os presidentes dos bancos centrais dos países-membros, este comitê lançou um relatório, batizado de relatório

Delors e apresentado no ano seguinte, que propunha a implementação da UME ao passar por três fases. Entre elas, era necessário obter uma maior coordenação das políticas econômicas, instaurar novas regras quanto à dimensão e o financiamento dos déficits públicos, confiar a política monetária a um órgão supranacional e independente, o BCE e, por fim, fixar de uma vez por todas as paridades das moedas nacionais para que estas fossem substituídas por uma moeda única.

O Tratado de Maastricht assinado em 1992 procurou estabelecer as diretrizes finais para ser atingida a UME. Dessa maneira, foram definidas as instituições responsáveis pela política monetária e os critérios de convergência para os países que viessem a integrar a UE.

Encontram-se abaixo os critérios a serem respeitados para a inclusão dos novos países-membros no bloco europeu, de acordo com os padrões estabelecidos no Tratado de Maastricht:

- i) A taxa de inflação não deveria exceder 1,5% da taxa média de inflação dos três países com inflação mais baixa no ano anterior;
- ii) A dívida pública deveria ser inferior a 60% do PIB e o déficit público com relação ao PIB deveria ser menor que 3% (ou ambos estarem bem próximos a estes valores, caso houvesse forte tendência de queda nos índices);
- iii) As taxas de juros nominais de longo prazo não deveriam ser maiores do que 2% das taxas médias dos três países com inflação mais baixa no ano anterior;
- iv) As taxas de câmbio deveriam ter permanecido dentro da faixa de flutuação estabelecida pelo SME e não podem ter sido desvalorizadas intencionalmente por dois anos.

Seguindo um rígido calendário dividido em três fases para efetivamente alcançar a UME, a primeira fase iniciada oficialmente em julho de 1990 (apesar de alguns considerarem seu início ainda em 1979 com a criação do SME) procurava avaliar os avanços

no processo de convergência econômica e monetária. Inclusive, era verificado se os membros adotaram as medidas cabíveis de acordo com as proibições previstas no tratado.

A segunda fase começou a vigorar em 1994. Esta fase buscava a convergência econômica por parte dos membros que ainda não tinham alcançado o nível esperado. Ademais, um novo modelo de supervisão acerca das finanças públicas foi estabelecido, assim como novas regras foram apresentadas. Houve a criação do IME, um órgão estratégico, responsável pela coordenação das políticas monetárias e pelo incentivo à maior cooperação entre os bancos centrais europeus. Não obstante, o IME ainda preparava a região para a introdução da moeda única.

A última fase introduziu a UME e estreitou ainda mais a relação entre os estados-membros, com base nos critérios definidos no tratado. Pendências como a vinculação das regras orçamentárias foram resolvidas. A política monetária tornou-se unificada e passou a ser exercida pelo SEBC, órgão composto pelos bancos centrais de cada integrante e pelo recém criado BCE. A terceira fase data o dia 1 janeiro de 1999, dia em que a moeda única européia foi lançada ao público, ainda que não tenha circulado fisicamente na Europa, algo que viria a ser feito três anos mais tarde.

Vale ressaltar que alguns países-membros da UE, não fazem parte da zona do euro. Uns porque não se encaixaram no critério de convergência adotado, outros porque decidiram manter a sua própria moeda e soberania monetária, como por exemplo, o Reino Unido que possui uma cláusula de isenção de participação na UME.

Guerot (2001) lembra que, desde a criação da CECA até o Tratado de Maastricht, mais de 40 anos se passaram. Contabilizando a efetiva obtenção da zona do euro, o percurso aumenta 10 anos. Apesar da opinião do mesmo autor, o qual afirma que apenas na década de 80 a UME dinamizou-se politicamente e socialmente, nota-se que alcançar um alto grau de integração demanda muito tempo. Ademais, segundo o autor, é importante considerar a complexa natureza das inúmeras questões envolvidas, que impedem o aumento da velocidade do processo de integração regional.

**Quadro II - Caso Europeu: Cronograma das etapas para obtenção da integração regional**

	<b>Marco Inicial</b>	<b>Término</b>	<b>Duração</b>
<b>Área de Livre Comércio</b>	Tratado de Paris em 1951	Tratado de Roma em 1957	6 anos
<b>União Aduaneira</b>	Tratado de Roma em 1957	Relatório de Barre em 1969	12 anos
<b>Mercado Comum</b>	Relatório de Barre em 1969	Tratado de Maastrich em 1992	23 anos
<b>União Monetária</b>	Tratado de Maastrich em 1992	Tratado de Nice em 2001	9 anos
<b>União Política</b>	Tratado de Nice em 2001	Tratado de Lisboa em 2007	6 anos

Fonte: Própria

O quadro acima corrobora o argumento de Guerrot (2001) o qual afirma que avançar na integração regional é algo lento e cuidadoso. Observa-se que, até atingir a união política, o processo de integração europeia durou 56 anos. Destes, 50 anos até alcançar a efetiva união monetária. Vale a pena ressaltar que, no caso da UE, algumas etapas encontraram-se sobrepostas a outras, visto que o início de uma nova fase não necessariamente contemplou o fim da fase anterior. Apesar disso, a tabela II procura retratar fidedignamente a evolução histórica do projeto europeu, demarcando o início e fim efetivos de cada etapa.

## **II.2 Características pós-integração monetária**

Em janeiro de 1999, o continente europeu entrou para a história ao abrigar o primeiro bloco regional a atingir a integração monetária. Após anos de negociações e movimentos convergentes, entrou em ação a moeda única europeia, o euro. Por mais que a mudança tenha um caráter econômico, a conclusão do processo de unificação monetária emitiu um forte sinal de que a Europa foi capaz de superar inúmeros obstáculos políticos, econômicos e sociais. O século XXI demonstra ser um recomeço especial para uma região marcada por guerras e disputas durante vários séculos.

Com mais de uma década em vigor, pode-se dizer que a experiência do euro foi bem sucedida. Um comunicado da CCE afirma que a UME estabilizou macroeconomicamente

uma área antes marcada pela instabilidade assim como aprofundou os níveis de comércio intra-regional, de investimento e de integração financeira. Houve, também, melhorias expressivas no mercado de câmbio frente aos choques externos e melhorias relacionadas à disciplina fiscal. Além disso, o BCE é visto com credibilidade ao redor do mundo.

Segundo a CCE, a política monetária conseguiu manter as expectativas de inflação dentro do parâmetro estabelecido pelo BCE. O mesmo comunicado afirma (p.2):

*“A taxa de inflação média foi ligeiramente superior a 2% na primeira década da União Econômica e Monetária, contra os 3% dos anos noventa e 8 a 10% nos anos setenta e oitenta. As taxas de juros nominais diminuíram para uma média de cerca de 5% desde a introdução do euro, contra os 9% nos anos noventa e 12% nos anos oitenta. Em termos reais, as taxas de juros na União Econômica e Monetária desceram para os mais baixos níveis registrados há várias décadas, mesmo nos países com maior grau de estabilidade antes da adoção do euro.”*

**Tabela I - Taxa anual de inflação na União Européia, Zona do Euro, Estados Unidos e Japão entre 1997 e 2008.**

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>União Européia</b>	1.7	1.3	1.2	1.9	2.2	2.1	2.0	2.0	2.2	2.2	2.3	3.7
<b>Zona do Euro</b>	1.6	1.1	1.1	2.1	2.3	2.2	2.1	2.1	2.2	2.2	2.1	3.3
<b>Estados Unidos</b>	2.3	1.6	2.2	3.4	2.8	1.6	2.3	2.7	3.4	3.2	2.8	3.8
<b>Japão</b>	1.8	0.6	-0.3	-0.7	-0.7	-0.9	-0.3	0.0	-0.3	0.3	0.0	1.4

Fonte: Eurostat

Um componente da estabilidade macroeconômica é a consolidação dos resultados fiscais dos membros da UME. Desconsiderando o ano de 2009, onde todos os países tiveram uma acentuada piora nos índices fiscais (exceto a Estônia), pode-se inferir que a média do déficit fiscal da zona do euro e da UE manteve-se abaixo do patamar requerido de 3% desde 2004. Entretanto, países como Grécia, Portugal, Hungria e Itália destoaram dos demais no período 2004-2008 apresentando déficits fiscais acima do nível esperado na maior parte do tempo.



Tabela II - Resultado fiscal em relação ao PIB da zona do euro, da União Européia e dos principais países europeus entre 1998 e 2009

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Zona do Euro</b>	-2,2	-1,3	0,1	-1,8	-2,5	-3,1	-2,9	-2,5	-1,3	-0,6	-2	-6,3
<b>União Européia</b>	-1,9	-1	0,6	-1,4	-2,5	-3,1	-2,9	-2,5	-1,4	-0,8	-2,3	-6,8
<b>Alemanha</b>	-2,2	-1,5	1,3	-2,8	-3,7	-4	-3,8	-3,3	-1,6	0,2	0	-3,3
<b>Dinamarca</b>	0	1,3	2,3	1,5	0,4	0,1	2,1	5,2	5,2	4,8	3,4	-2,7
<b>Irlanda</b>	2,4	2,7	4,8	0,9	-0,3	0,4	1,4	1,6	3	0,1	-7,3	-14,3
<b>Grécia</b>	n/a	n/a	-3,7	-4,5	-4,8	-5,6	-7,5	-5,2	-3,6	-5,1	-7,7	-13,6
<b>Espanha</b>	-3,2	-1,4	-1	-0,6	-0,5	-0,2	-0,3	1	2	1,9	-4,1	-11,2
<b>França</b>	-2,6	-1,8	-1,5	-1,5	-3,1	-4,1	-3,6	-2,9	-2,3	-2,7	-3,3	-7,5
<b>Holanda</b>	-0,9	0,4	2	-0,2	-2,1	-3,1	-1,7	-0,3	0,5	0,2	0,7	-5,3
<b>Hungria</b>	-7,8	-5,4	-3	-4	-8,9	-7,2	-6,4	-7,9	-9,3	-5	-3,8	-4
<b>Itália</b>	-2,8	-1,7	-0,8	-3,1	-2,9	-3,5	-3,5	-4,3	-3,3	-1,5	-2,7	-5,3
<b>Portugal</b>	-3,4	-2,8	-2,9	-4,3	-2,8	-2,9	-3,4	-6,1	-3,9	-2,6	-2,8	-9,4
<b>Reino Unido</b>	-0,1	0,9	3,6	0,5	-2,1	-3,4	-3,4	-3,4	-2,7	-2,8	-4,9	-11,5
<b>Suécia</b>	1,1	1,3	3,7	1,6	-1,2	-0,9	0,8	2,3	2,5	3,8	2,5	-0,5

Fonte: Eurostat

A CCE justifica que a extinção do risco cambial e a redução dos custos de transação, consequências naturais da utilização de uma única moeda, possibilitaram o crescimento do mercado interno e uma maior integração da produção. Eles acrescentam que o comércio intra-bloco aumentou em torno de 8% em relação há dez anos, atingindo um terço do PIB da zona do euro, sendo que metade do valor refere-se à eliminação da volatilidade das taxas de câmbio.

Houve um forte ingresso de investimento direto estrangeiro na zona do euro e as estimativas atribuem que mais de 65% do incremento refere-se à unificação monetária, de acordo com a CCE. A comissão sugere que os efeitos da adoção do euro foram sentidos através de economias de escala na produção e do acirramento da concorrência. Ela ainda aponta que a formação bruta de capital beirou os 22% do PIB e que o euro deve aumentar a produtividade do trabalho em 5%.

O próprio comunicado também explica que a zona do euro se encontra mais resistente a choques externos e cita o exemplo do estouro da bolha da internet, onde a perda registrada foi inferior às perdas sofridas em momentos pré-união monetária, envolvendo choques da mesma dimensão. Inclusive, a integração dos mercados financeiros nacionais foi uma das vantagens do processo. Logo, é nítido que a zona do euro atrai os países que ainda não fazem parte do projeto, mas que apresentam os requisitos necessários para a adesão.

O dólar permanece como a principal divisa mundial. Entretanto, o aumento da preferência pelo euro, tanto na composição das reservas internacionais dos países, quanto

nas transações comerciais e financeiras internacionais, vem confirmar a tendência exposta pelos economistas de que o euro viria se firmar como a segunda divisa mais utilizada no mundo.

Em concordância com os argumentos descritos anteriormente, a evolução da UME tornou viável a criação de dezesseis milhões de novos postos de trabalho em apenas uma década, conforme cita a CCE. As tabelas abaixo apresentam os dados sobre o desempenho das taxas de emprego e desemprego da UE e da zona do euro comparados aos dos Estados Unidos e Japão.

Tabela III - Porcentagem da taxa de emprego na União Européia, Zona do Euro, Estados Unidos e Japão entre 1997 e 2008

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>União Européia</b>	60.7	61.2	61.8	62.2	62.6	62.4	62.6	63.0	63.6	64.5	65.4	65.9
<b>Zona do Euro</b>	58.6	59.3	60.6	61.7	62.2	62.4	62.7	63.1	63.8	64.8	65.7	66.1
<b>Estados Unidos</b>	73.5	73.8	73.9	74.1	73.1	71.9	71.2	71.2	71.5	72.0	71.8	70.9
<b>Japão</b>	70.0	69.5	68.9	68.9	68.8	68.2	68.4	68.7	69.3	70.0	70.7	70.7

Fonte: Eurostat

A tabela III informa que as taxas de emprego na UE e na zona do euro cresceram entre 5% e 7%, respectivamente, entre 1997-2008, enquanto nos Estados Unidos houve uma queda da mesma em 2,6% e no Japão percebeu-se certa estabilidade do índice. Isso demonstra que a instituição da UE foi benéfica para os seus membros no que tange o emprego de sua mão-de-obra. Para corroborar esta afirmação, a tabela IV mostra as taxas de desemprego no mesmo período para o mesmo conjunto de países e revela uma queda no nível de desemprego na UE e na zona do euro da ordem de 1,7% a 2,1%, respectivamente. Os Estados Unidos e o Japão apresentam uma ligeira piora nos seus índices, variando suas taxas em 1,1% no caso do primeiro e 0,6% no caso do segundo.

Tabela IV - Porcentagem da taxa de desemprego na União Européia, Zona do Euro, Estados Unidos e Japão entre 1997 e 2008

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>União Européia</b>	n/a	n/a	n/a	8.7	8.5	8.9	9.0	9.0	8.9	8.2	7.1	7.0
<b>Zona do Euro</b>	10.6	10.0	9.1	8.2	7.8	8.3	8.7	8.9	8.9	8.3	7.4	7.5
<b>Estados Unidos</b>	4.9	4.5	4.2	4.0	4.8	5.8	6.0	5.5	5.1	4.6	4.6	5.8
<b>Japão</b>	3.4	4.1	4.7	4.7	5.0	5.4	5.3	4.7	4.4	4.1	3.9	4.0

Fonte: Eurostat

Apesar do sucesso do euro em algumas áreas, outras ficaram aquém do esperado. A CCE aponta que os resultados em matéria de crescimento do produto e, mais

particularmente, da produtividade foram inferiores aos de outras economias desenvolvidas. Ademais, as desigualdades na distribuição dos rendimentos e da riqueza constituem uma fonte de preocupação crescente. Por outro lado, torna-se urgente fazer frente a desafios importantes que, no momento da concepção da UME, ainda não tinham surgido ou começavam apenas a despontar.

A CCE informa que a produtividade caiu de 1,50% na década de noventa para cerca de 1% nos anos 2000 e percebe-se ainda que o crescimento do PIB permanece baixo. Por mais que as pequenas economias da zona do euro tenham obtido resultados interessantes, as grandes potências decepcionaram o que determinou a queda do crescimento médio anual do PIB da UE e dos membros da zona do euro entre 2001 e 2005. A partir de 2006, houve uma retomada do crescimento do PIB nessas áreas, que se sustentou até 2008, o ano da crise imobiliária nos Estados Unidos. É nítido que o resultado do PIB na região ficou muito aquém do potencial da UE e da zona do euro.

**Tabela V - Taxa anual do crescimento real do PIB na União Européia, Zona do Euro, Estados Unidos e Japão entre 1999 e 2008**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>União Européia</b>	3.0	3.9	2.0	1.2	1.3	2.5	2.0	3.2	2.8	0.9
<b>Zona do Euro</b>	2.9	3.9	1.9	0.9	0.8	2.1	1.7	2.9	2.7	0.7
<b>Estados Unidos</b>	4.8	4.1	1.1	1.8	2.5	3.6	3.1	2.7	2.1	0.4
<b>Japão</b>	-0.1	2.9	0.2	0.3	1.4	2.7	1.9	2.0	2.3	-0.7

Fonte: Eurostat

Os preços e salários são pouco flexíveis o que provoca sérias diferenças a respeito da inflação e dos custos de trabalho, segundo a CCE. Ela afirma que esta situação gerou perdas de competitividade e desequilíbrios externos. Existe a impressão de que a reforma estrutural realizada no período pré-união monetária não foi suficiente para reparar os problemas da competitividade e do desequilíbrio externo. A comissão reconhece também que o mercado de produtos e serviços europeu não é plenamente integrado e desenvolvido.

Outro fator preocupante para a UE é a relação dívida pública sobre o PIB. Esta razão vem crescendo ao longo dos anos, em função do baixo crescimento do PIB e do aumento dos gastos governamentais, sobretudo após a crise financeira de 2008. Em alguns países como Itália e Grécia, em 2009, a dívida pública superou o PIB. A Bélgica está próxima de

alcançar a marca de 100% do PIB. Já na zona do euro, na França, na Hungria e em Portugal o índice chega a 80% do PIB. Portanto, inúmeras medidas precisam ser tomadas pela UE a fim de transformar essa situação antes que ela prejudique severamente o projeto de integração regional.

Tabela VI - Razão da dívida do governo sobre o PIB na zona do euro, na União Européia e nos principais países europeus entre 1998 e 2009

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Zona do Euro</b>	72,9	71,7	69,2	68,2	68	69,1	69,5	70,1	68,3	66	69,4	78,7
<b>União Européia</b>	66,4	65,8	61,9	61	60,4	61,9	62,2	62,8	61,4	58,8	61,6	73,6
<b>Alemanha</b>	60,3	60,9	59,7	58,8	60,4	63,9	65,8	68	67,6	65	66	73,2
<b>Dinamarca</b>	61,4	58,1	52,4	49,6	49,5	47,2	45,1	37,8	32,1	27,4	34,2	41,6
<b>Irlanda</b>	53,6	48,5	37,8	35,6	32,2	31	29,7	27,4	24,9	25	43,9	64
<b>Grécia</b>	94,5	94	103,4	103,7	101,7	97,4	98,6	100	97,8	95,7	99,2	115,1
<b>Espanha</b>	64,1	62,3	59,3	55,5	52,5	48,7	46,2	43	39,6	36,2	39,7	53,2
<b>França</b>	59,4	58,9	57,3	56,9	58,8	62,9	64,9	66,4	63,7	63,8	67,5	77,6
<b>Holanda</b>	65,7	61,1	53,8	50,7	50,5	52	52,4	51,8	47,4	45,5	58,2	60,9
<b>Hungria</b>	59,9	59,8	55	52	55,6	58,4	59,1	61,8	65,6	65,9	72,9	78,3
<b>Itália</b>	114,9	113,7	109,2	108,8	105,7	104,4	103,8	105,8	106,5	103,5	106,1	115,8
<b>Portugal</b>	52,1	51,4	50,5	52,9	55,6	56,9	58,3	63,6	64,7	63,6	66,3	76,8
<b>Reino Unido</b>	46,7	43,7	41	37,7	37,5	39	40,9	42,5	43,5	44,7	52	68,1
<b>Suécia</b>	69,1	64,8	53,6	54,4	52,6	52,3	51,1	50,8	45,7	40,8	38,3	42,3

Fonte: Eurostat

A CCE sugere que não há uma representação e, menos ainda, uma clara estratégia internacional para a zona do euro. Com isso, a UME se sujeita a volatilidades na taxa de câmbio e pressões financeiras diante do resto do mundo. Tais pressões serão mais intensas com o avanço da globalização, o envelhecimento da população européia, as mudanças climáticas ao redor do planeta e a freqüente escassez dos recursos naturais. A UE e a zona do euro precisam agir na prevenção das dificuldades que o futuro apresenta. A preparação requer maior esforço conjunto das autoridades para que a região esteja apta a se ajustar rapidamente às novas circunstâncias.

Logo, para atingir um nível mais elevado de integração e consertar as falhas expostas após a unificação monetária, o comunicado demonstra que é essencial reforçar a estabilidade macroeconômica ao buscar um maior crescimento do PIB, um melhor ajuste interno quando novos membros aderem ao euro e uma maior proteção dos interesses da UME no cenário internacional.

Para tanto, a comissão elaborou uma estratégia de ação. No âmbito interno, os pontos-chave seriam o aprofundamento da coordenação e supervisão das políticas fiscais, a

ampliação da supervisão macroeconômica nos países e a maior integração das reformas estruturais na UME. No externo, o ideal seria fortalecer a presença do euro e dos membros da UME na economia mundial. Por fim, e com o intuito de alcançar as metas propostas, a UME deveria incentivar a participação ativa dos estados-membros nos órgãos supranacionais e nas decisões por eles tomadas.

A crise fiscal deflagrada na UE, no início de 2010, demonstra que eventuais falhas e choques ocorrem em um processo de integração, ainda que a maioria das regras impostas aos países-membros e aos candidatos à adesão tenham sido satisfeitas. Porém, como está nítido na presente seção, países que não contemplaram os critérios de convergência da dívida do governo e do déficit público aderiram à UE e anos mais tarde, promoveram a crise fiscal. Esta situação revela a complexidade do processo de integração e a necessidade de haver melhorias no âmbito interno, através dos mecanismos apresentados no parágrafo anterior. Inclusive, esta crise fiscal é um grande desafio para a zona do euro, pois haverá a confirmação se a UE é realmente coesa em termos políticos e econômicos.

## **CAPÍTULO III – INTEGRAÇÃO MONETÁRIA NO MERCOSUL**

O Mercosul apresenta uma série de fatores econômicos, políticos e sociais que o destacam de maneira peculiar no cenário mundial. O presente capítulo proporá medidas a serem tomadas para que seja alcançada a integração monetária na região, abordará as dificuldades encontradas em cada um dos campos supracitados destacando possíveis conseqüências oriundas do processo de integração econômica e monetária e, por fim, discorrerá sobre a discrepância entre o plano teórico e prático para a criação de uma área monetária ótima.

### **III.1 – Ações necessárias para a implantação da união monetária**

Acompanhando o processo de integração do Mercosul, percebe-se que são muitas e complexas as medidas necessárias para a implantação da união monetária. Até o presente momento, os países-membros do bloco não se organizaram política e economicamente a fim de resolverem as pendências em torno dos pré-requisitos para a obtenção da unificação econômica e monetária.

O processo de aprofundamento da união aduaneira é essencial. Ribeiro (2002) e Giambiagi (1999) estimulam a definição de disciplinas fiscais e de investimento, o trabalho na harmonização de políticas macroeconômicas e das legislações nos campos trabalhista, tributário e de mercado de capitais, além da integração dos sistemas financeiros. Enfim, consideram todos os aspectos que facilitariam o estabelecimento de uma moeda única no Mercosul.

De acordo com Giambiagi e Rigolon (1998), a implantação de uma moeda única seria interessante desde que os países obtivessem: i) certo grau de integração comercial; ii) certa simetria dos ciclos econômicos; iii) certo grau de mobilidade do trabalho; iv) certa convergência da inflação entre eles. O mais importante é que os benefícios deles constituírem uma AMO devem superar os custos de cada país manter sua própria política e moeda. Por isso, não existe um índice-padrão a ser seguido com relação aos tópicos acima.

Inclusive, os autores recomendam que, para a convergência econômica nos países do Mercosul, o ideal seria estabelecer metas mais rígidas do que as fixadas nos países europeus, devido ao histórico ruim dos países sul-americanos quanto ao desrespeito por metas impostas.

Em concordância ao que foi escrito acima, Arestis e Paula (2003) entendem que a estrutura utilizada para a obtenção da integração monetária européia não seria eficaz caso replicada no Mercosul. A justificativa está na maior variedade e complexidade dos problemas sociais encontrados nestes países quando comparados à União Européia. Dessa forma, as medidas de combate aos problemas sociais no Brasil e em seus parceiros do bloco teriam um caráter mais amplo e custoso, disponibilizando uma maior quantidade de recursos numa área onde estes são mais escassos do que na zona do euro.

É imprescindível a coordenação conjunta das políticas econômicas dos países-membros do Mercosul a fim de se atingir a união monetária. Ribeiro (2002) lembra que os presidentes dos bancos centrais juntamente com os ministros da Fazenda (Economia) dos integrantes do bloco procuram solucionar as diferenças na legislação e apresentar propostas de convergência para o bloco. No entanto, a autora ressalta que a harmonização da legislação parece ser mais simples em todos os membros plenos, exceto o Brasil. Por exemplo, Argentina e Paraguai possuem legislação permissiva quanto à adoção da supranacionalidade; Uruguai possui normas tímidas, mas que poderiam permitir tal recepção. Já, a Constituição Federal brasileira de 1988 reforça nitidamente a soberania nacional.

Almeida (2000) reconhece que o futuro do Mercosul dependerá, basicamente, das escolhas do Brasil. Segundo ele, após ser o principal opositor a qualquer "renúncia de soberania" no Mercosul, o país caminha em direção a uma posição mais factível acerca da supranacionalidade. Tanto que, nos dias atuais, essa questão deixou de ser vista como um forte impedimento ao avanço do bloco. O que efetivamente emperra o desenvolvimento das negociações é a fraca atuação política no que tange a elaboração de projetos supranacionais. De qualquer maneira, o autor demonstra a necessidade de o Brasil agir incisivamente em

favor da criação de instituições intergovernamentais e comunitárias para alcançar a integração monetária.

O comércio intra-bloco suscita desgastantes debates. Este é um assunto rotineiro no noticiário, onde os parceiros trocam acusações de irregularidades ou de falta de cumprimento das obrigações estabelecidas no acordo do Mercosul. Almeida (2000) lista uma série de descontentamentos comerciais cabíveis advindos da pequena relação entre as políticas macroeconômicas, tais como: i) níveis da TEC; ii) normas industriais e regulamentos técnicos; iii) padrões e formas de proteção à propriedade intelectual; e, iv) medidas de defesa comercial. Portanto, é nítido que a coordenação das políticas macroeconômicas, a implementação total da TEC e o reconhecimento mútuo dos itens ii, iii e iv devem ser buscados incessantemente com o intuito de evitar conflitos que tornem a atrapalhar o andamento do processo de integração, ainda que um ou outro membro sinta-se prejudicado.

Giambiagi (1999) menciona que os obstáculos à mobilidade do trabalho entre os membros do Mercosul envolvem assuntos legais, econômicos e culturais. O autor defende que a compatibilização dos sistemas previdenciários e da contagem dos anos de contribuição dos trabalhadores fora da sua nação constituem o mais forte entrave econômico e legal à mobilidade da mão-de-obra. Porém, parece ser mais sensata a hipótese de que as distintas estruturas industriais e a diferenciação na qualidade da mão-de-obra promovem a maior barreira à mobilidade do trabalhador dentro do bloco.

Mundell (1997) explicita que, ao eliminar a incerteza das paridades cambiais entre os países da AMO, uma unificação monetária cria economias de escala para estes países por maximizar os ganhos associados a uma área de livre comércio. Diante da fraca evolução de pontos estratégicos do Mercosul, Almeida (2000) revela a ausência de um sistema de paridades cambiais com pequenas bandas de variação entre as respectivas moedas, além da falta de padronização legislativa no mercado financeiro. Estes são requisitos básicos para o andamento do processo de criação de um amplo espaço econômico conjunto na região.



Brasil e Argentina fazem transações comerciais em moedas locais desde 2008. Peixoto (2009) cita que a proposta inicial apresentada numa reunião do Conselho do Mercado Comum do Mercosul é que todos os membros usem suas próprias moedas no comércio intra-bloco a partir de 2010. Nesse caso, a autora estima que a economia, relativa à redução do custo cambial, beiraria 3% do total transacionado. Todavia, existem empecilhos quanto ao andamento da proposta. Percebeu-se que os exportadores ainda preferem a liquidez do dólar e, portanto, não aderiram prontamente ao projeto. Dados do BCB confirmam que menos de 5% do fluxo comercial entre Brasil e Argentina são realizados através das moedas locais.

Almeida (2000) apresenta opções plausíveis ao desenvolvimento do Mercosul. Estas incluem seu aprofundamento interno, na esfera econômica e comercial, no reforço das ligações extra-regionais e na busca de um multilateralismo comercial como condição de seu sucesso regional e internacional. O autor acredita que, inicialmente, o bloco terá de avançar no terreno econômico-comercial para preservar sua identidade política, regional e internacional, em face dos desafios que estão por vir com a globalização e a nova dinâmica mundial. Afinal, acordos regionais estão sendo costurados mundo afora. Também é válido frisar que não é interessante negociar com um bloco que se mostra um tanto inconstante e desorganizado política e institucionalmente.

De acordo com os indicadores sócio-econômicos da ALADI (anexo I), o comércio intra-regional oscila na faixa dos 25 a 28% desde 2005. Ainda que alguns especialistas apontem 2008 como um ano atípico, é fácil perceber que o comércio intra-regional necessita ser intensificado para o Mercosul passar a integrar uma AMO.

Quanto maior for a atuação conjunta dos membros do Mercosul nas instituições internacionais como a OMC, maior será o seu peso e seu poder de barganha, segundo Almeida (2000). Entretanto, reitera-se que a posição brasileira será fundamental para o futuro do Mercosul. O peso do bloco na OMC depende basicamente de seu principal país, que participa de apenas 1,2% do comércio mundial, enquanto seus aliados não figuram na lista dos 50 maiores traders globais. Logo, retoma-se a discussão sobre a coordenação das políticas econômicas, sobre a implementação de instituições supranacionais que venham a

representar os interesses do Mercosul como bloco e sobre o lobby dos países menos influentes a respeito da posição brasileira.

A heterogeneidade dos interesses nacionais, sobretudo entre Brasil e Argentina, pode provocar o esfriamento do processo de integração, entretanto tais divergências não devem ser consideradas um fator que impeça a integração monetária, segundo Giambiagi (1998: p. 26):

*“Basicamente, o Brasil teria um comércio mais diversificado e seria uma potência econômica, enquanto a Argentina seria vista como um país menor, preocupado com a ‘Brasil dependência’ e com desejo de evitar uma mudança da paridade relativa entre as respectivas moedas nacionais, em favor da competitividade das exportações brasileiras.”*

Para combater a assimetria comercial, o próprio Giambiagi (1998) afirma que a Argentina e os demais países deveriam diversificar sua pauta de exportações a fim de diminuir o impacto de eventuais choques negativos sobre o Balanço de Pagamentos do bloco. Como grande parcela de suas exportações são para o Brasil ou o Mercosul, surge, então, a necessidade dos países do bloco buscarem novos parceiros comerciais a fim de expandirem e diversificarem suas exportações.

O fato do Mercosul não constituir uma AMO, não é um empecilho para que a integração monetária possa ser alcançada, garantem Giambiagi e Rigolon (1998). Os autores defendem que o bloco pode se tornar uma AMO após a integração, pois os requisitos seriam endógenos. Ambos baseiam-se no argumento de Frankel e Rose (1997: ps. 67/68):

*“A country could fail the optimum currency area (OCA) criteria for membership today, and yet, if it goes ahead and joins anyway, could, as the result of joining, satisfy the OCA criteria in the future... Some countries may appear, on the basis of historical data, to be poor candidates for European Monetary Union (EMU) entry. But EMU entry per se... may provide a substantial impetus for trade expansion.... That is, a country is more likely to satisfy the criteria for entry into a currency union ex post than ex ante”*

O argumento acima é coerente. Porém, é interessante observar que os autores contam com a motivação de que, mesmo entrando num projeto integracionista onde a adesão do país não é apropriada, as circunstâncias tornam-se amplamente benéficas ao desenvolvimento dele e num momento seguinte, o respectivo país apresentaria os critérios necessários para ingressar numa AMO. Ocorre que dificilmente tal risco promoveria conseqüências tão favoráveis. É fácil enxergar que qualquer choque é capaz de arruinar todo o processo quando há perda de soberania e baixa propensão a ajudar dos outros membros, basta atentar para o exemplo europeu com crise fiscal grega.

Então, Averbug (2002) sugere que os participantes do bloco promovessem mudanças nos seguintes temas, a fim de obterem êxito no processo de integração monetária:

#### i) Política industrial

Esta deveria vencer o caráter protecionista da região e expandir-se por todo território do Mercosul. Segundo Averbug (2002), a missão seria a criação de fábricas altamente competitivas em todos os países do acordo, pois os critérios de desenvolvimento industrial aplicado nas últimas décadas já teriam seus frutos esgotados. Para atingir o objetivo, o autor trata dois fatores de forma especial: a estratégia de localização de investimentos e o aproveitamento de vocações. O primeiro trabalha com a ideia da instalação de núcleos industriais fabricando certos tipos de bens em toda a área do Mercosul. O segundo fator trata do estímulo à especialização de um bem o qual o país possua maior vocação para competir no mercado internacional, sinalizando que seus parceiros de bloco não devam produzi-lo. O aproveitamento de vocações compreende os recursos naturais e as habilidades dos trabalhadores em cada país, procurando maximizar o valor agregado do bem na cadeia produtiva nacional.

#### ii) Competitividade

Averbug (2002) argumenta que o aumento da competitividade regional e a redução dos desníveis econômicos e sociais dependem também dos ganhos de produtividade nos setores primário e terciário, ou seja, não é algo exclusivo do setor industrial. Para tanto, ele

afirma que os países-membros deveriam usar o processo de integração como um instrumento capaz de criar políticas micro e macroeconômicas visando à modernização e o desenvolvimento competitivo da base produtiva regional.

### iii) Infra-Estrutura

Averbug (2002) revela uma severa carência de projetos infra-estruturais e complementa que os problemas fiscais dos membros do Mercosul impedem a formulação de políticas voltadas ao setor. O autor destaca a importância dos bancos de fomento e desenvolvimento na região<sup>6</sup> para estimular investimentos na área, além de reforçar os impactos sobre a coordenação do sistema produtivo e o nível de competitividade dos países-membros do bloco.

### iv) Reforma do Estado

Averbug (2002) considera a reforma do Estado essencial para o andamento do Mercosul por dois aspectos complementares: o aprimoramento da eficiência do setor público e a diminuição das diferenças entre os países nesse campo. O autor afirma: “As debilidades institucionais em geral e as discrepâncias no interior do bloco, com respeito à disponibilidade de instrumentos de políticas públicas tendem a bloquear a participação equitativa de cada país no processo de integração regional...”. Ele defende que a própria estrutura institucional do Mercosul requer fortalecimento, no sentido de incorporar maior poder de coordenação estratégica e macroeconômica, padronização legislativa e resolução de conflitos.

Veiga (2007) trabalha com algumas lições para o Mercosul após a satisfatória conclusão do processo de unificação monetária européia.

A primeira delas se refere ao cumprimento de regras pré-estabelecidas, como o processo de adesão de um novo membro na UE, onde os países precisam se adequar ao

---

<sup>6</sup> Sobretudo o Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

perfil do bloco e não o contrário. O Mercosul foge dessa linha. A provável entrada da Venezuela como membro-pleno demonstra uma influência política absurda e, como Veiga (2007) resume bem, “um amadorismo” tremendo. É preciso respeitar as diretrizes acordadas e não deixar-se levar por pressões. Tal desrespeito às normas gera desconfiança na população, nos demais integrantes e no resto do mundo.

O domínio das “vozes nacionais” diante das “vozes regionais” no Mercosul é o tema da segunda lição européia, segundo Veiga (2007). Os líderes do bloco precisam compreender a relevância de se consolidar um projeto regional, acima de qualquer força nacional para atingir um patamar de integração mais profundo. Como visto anteriormente, o Brasil não colabora para remover as barreiras que ainda o cercam a respeito da questão e, apesar de caminhar em direção à supranacionalidade, tais movimentos mostram-se tímidos perto do esperado pelo mais influente membro do bloco.

A terceira lição extraída do artigo de Veiga (2007) se refere às formas de gerenciamento entre as diferentes políticas e normas nacionais. O autor esclarece que nem sempre é possível formular políticas conjuntas e harmonizar completamente as leis. Na UE, diversas situações foram solucionadas com o reconhecimento mútuo das normas nacionais ou com o estabelecimento de mecanismos de convergência de políticas. Essa alternativa de gerenciamento, segundo ele, demonstrou a maturidade do projeto europeu, ao mesmo tempo em que manifesta a deficiência do acordo sul-americano, o qual beira duas décadas de existência.

Os membros do Mercosul buscam integrar seus mercados de bens, serviços e fatores de produção, além de coordenar a gestão de suas economias, relembra Ribeiro (2002), onde a definição de uma moeda única aumentaria a competitividade e a eficiência alocativa dos recursos. Nota-se uma forte influência política nessa busca por cooperação e, na opinião da autora, a unidade monetária seria fundamental para uma maior aproximação entre os participantes do bloco, podendo resultar em um crescimento mais harmônico e integrado entre eles.

Giambiagi (1998: p.35) afirma:

*“... a renúncia parcial à soberania... tem, como contrapartida, o fortalecimento, no contexto internacional, da região à qual o país pertence... a Europa... com uma moeda unificada, vai pesar muito mais na economia mundial do que pesa atualmente, com uma grande diversidade de moedas nacionais... Nesse sentido, parece claro que, se o Mercosul atingir a maturidade suficiente para ter uma única moeda, o fortalecimento da região no panorama internacional será uma das principais conseqüências desse fato.”*

O próprio autor ressalta que o Brasil tornar-se-ia o maior beneficiário do fortalecimento da região, pois seria o “porta-voz” do bloco no cenário internacional. Por outro lado, ele garante que o maior ganho da Argentina viria a ser o fim da instabilidade cambial brasileira. Isto porque não existiria mais o risco de uma desvalorização cambial unilateral brasileira afetar a economia vizinha, após a unificação monetária.

Giambiagi e Rigolon (1998) consideram que a unificação monetária traria maior credibilidade à política monetária (incluindo o combate à inflação), devido à criação de um banco central mais forte e independente. Ambos destacam que a introdução de uma moeda comum claramente reduziria os custos de transação, os custos de conversão de moedas e eliminaria a incerteza cambial.

Aprofundando a análise dos prováveis impactos gerados com a união monetária no Mercosul, Chagas e Baumann (2007) estimam uma economia de pouco mais de 5 bilhões e 500 milhões de dólares, em valor presente, que o Brasil deixaria de repassar ao setor financeiro através da redução dos custos de transação. Trata-se de um montante significativo que, de acordo com os autores, poderia provocar mudanças na esfera comercial entre o Brasil e seus parceiros do Mercosul e no crescimento econômico da região.

Giambiagi (1999), por sua vez, apresenta quatro benefícios de uma unificação monetária no Mercosul:

i) Plataforma de exportação para terceiros países

O autor assegura que essa ideia de constituir uma plataforma de exportação, baseada num mercado onde as empresas operassem com ganhos de escala a fim de reduzirem seus custos, retoma os princípios originais do Mercosul.

#### ii) Redução de riscos

A redução de riscos estaria vinculada ao cumprimento dos requisitos mínimos para a obtenção da estabilidade macroeconômica, algo que interfere no cálculo do risco-país, segundo Giambiagi (1999). Ele defende que a integração monetária diminuiria o “risco-região” do Mercosul caso as regras pré-estabelecidas fossem cumpridas e sugere que o risco cambial deva ser reduzido diante da menor interferência política sobre um Banco Central regional independente. Entretanto, este ponto é refutável. Como analisado anteriormente, a entrada da Venezuela e o não-cumprimento das metas acordadas quanto à definição da TEC sem a lista de exceções causam um impacto negativo perante os investidores. Com relação aos riscos, o Brasil tenderia a ser o maior prejudicado com a integração.

#### iii) Queda nas taxas de juros

A queda das taxas de juros se daria em função da diminuição dos riscos que, obviamente, são componentes do cálculo para a definição da taxa de juros. Porém, como defendido no parágrafo acima, a redução dos riscos é questionável até o presente momento, já que os motivos pelos quais estes cairiam não foram alcançados ou sofreram intervenções políticas. Consequentemente, a taxa de juros é afetada.

#### iv) Estímulos aos novos investimentos

A maior confiança na preservação da estabilidade e a possível redução das taxas de juros acarretariam num maior grau de investimento de grupos multinacionais no Mercosul, argumenta Giambiagi (1999). Ele vai além ao afirmar que Brasil e Argentina, que por serem os principais atores do bloco, seriam os locais preferidos para o incremento dos investimentos na região. Inclusive, tais investimentos poderiam contribuir para a diminuição das diferenças sociais observadas no bloco, se distribuídos equitativa e qualitativamente.

### **III.2 - Entraves econômicos, políticos e sociais**

O processo de integração monetária no Mercosul compreende inúmeras particularidades do ponto de vista econômico, político e social. A começar pela questão econômica, a ausência de uma coordenação macroeconômica entre os países membros provocou uma freada no processo de integração do bloco. Segundo o artigo de Vartanian (2008), como coordenação macroeconômica subentende-se a redução das divergências entre os indicadores nacionais, isto é, as taxas de inflação, de desemprego e de crescimento do PIB do país, além da escolha de metas e objetivos claros aplicados por governos nacionais no que diz respeito às políticas fiscal, monetária e cambial. Ainda de acordo com ele, a cooperação entre os países mostra-se importante já que as decisões de política econômica levariam ao aumento do bem-estar coletivo, se elaboradas de forma conjunta.

Tanto o regime cambial quanto o sistema monetário dos países integrantes do bloco estão convergindo. Todos os países optaram por regimes de câmbio flutuante após a adoção de regimes mais rígidos (vide anexo II). Ademais, segundo os objetivos dos respectivos Bancos Centrais, todas as economias do Mercosul focam no regime de metas de inflação para nortear suas políticas econômicas. Apesar do avanço nesse aspecto, é nítido que os choques observados mantêm-se assimétricos. A simples convergência das políticas cambial e monetária ainda não afetou, conjuntamente, o comportamento das principais variáveis macroeconômicas.

Em termos de política fiscal, há fortes entraves quanto à harmonização tributária, visto que diferentes regimes de fiscalização estão em vigor. Os governos não parecem dispostos a direcionar seus gastos com o intuito de evitar choques adversos. A perda da receita de senhoriagem também pesa na decisão de atingir uma integração monetária. O custo de abdicar da senhoriagem é considerado elevado pelas autoridades dos estados-membros do Mercosul e reforça falta de sintonia entre os países do bloco.



O aspecto comercial também é foco da análise. A reportagem de Wellbaum (2008) afirma que bens e serviços ainda encontram barreiras para cruzar as fronteiras, respaldando-se em algumas exceções concedidas do acordo assinado pelos participantes do bloco a fim de proteger certos setores da economia. Soma-se a isso, o fato de que os membros menores reclamam que não recebem condições adequadas para competir com os maiores. A enorme disparidade observada ao se comparar o tamanho das economias do bloco intensifica a evolução desigual do comércio entre os países.

Entretanto, para Giambiagi (1998), um dos problemas do baixo grau de institucionalidade do Mercosul é o elevado peso da opinião dos dois sócios menores, leia-se Paraguai e Uruguai, o que criaria alguns percalços às negociações comerciais, do ponto de vista dos interesses brasileiros. Segundo ele, para o Brasil seria um equívoco renunciar a parcela de sua soberania, tendo que compartilhá-la com dois países pequenos cujos PIBs somados chegariam a representar algo em torno de 3 % do PIB brasileiro.<sup>7</sup>

Segundo estatísticas do FMI, o Mercosul possui um PIB nominal de quase US\$ 2 trilhões<sup>8</sup>, sendo que cerca 80% deste valor corresponde ao Brasil. De acordo com o relatório da Secretaria de Comércio Exterior do Brasil (anexo III), o país fechou o ano de 2009 com um superávit da ordem de US\$ 2,720 bilhões em relação ao Mercosul. Do total exportado, 80,8% correspondeu ao comércio com a Argentina, 10,6% ao comércio com o Paraguai e 8,6% ao comércio com o Uruguai. A mesma análise quanto às importações mostram que 86% vieram da Argentina, 9,5% do Uruguai e 4,5% do Paraguai.

Com o intuito de combater tais assimetrias evidenciadas no comércio intra-bloco, Wellbaum (2008) discorre sobre a criação, em 2006, do FOCEM, onde Brasil e Argentina colaboram com 97% do montante do fundo, com o Uruguai e o Paraguai assumindo a parcela restante. 80% do fundo é aplicado em projetos desenvolvimentistas no Paraguai e Uruguai. A meta do FOCEM é promover a convergência estrutural, desenvolver a

---

<sup>7</sup> PIB calculado a preços correntes em dólar para o ano-base de 2008, segundo dados do FMI.

<sup>8</sup> Não contabilizando a Venezuela e com PIB calculado a preços correntes em dólar para o ano-base de 2008, segundo dados do FMI.

competitividade e promover a coesão social nas economias e regiões menos desenvolvidas, além de apoiar o funcionamento da estrutura institucional.

Em 2007, o Uruguai fechou um Acordo Marco de Comércio e Investimentos com os Estados Unidos, o que resultou em uma crise do país com o Mercosul, como relata Wellbaum (2008). Para completar, a autora deixa claro que o Uruguai vinha sondando o Brasil e a Argentina a fim de que eles permitissem tratados de livre comércio das economias menores do Mercosul com países de fora do bloco. O governo uruguaio argumentava que tal liberdade ajudaria a combater o problema da assimetria regional, porém obteve a negativa das grandes forças sul-americanas.

Ribeiro (2002) ressalta a influência da recessão enfrentada pela Argentina no início do século XX, assim como o desemprego, o déficit fiscal e a instabilidade do sistema financeiro nos países em desenvolvimento, o déficit comercial brasileiro e as dificuldades enfrentadas pela desvalorização cambial, como exemplo de fatores que motivaram os países a adotarem medidas não-coordenadas entre si, interferindo no processo de integração do Mercosul.

Ao analisar politicamente, percebe-se que o Mercosul consiste em um projeto dos gabinetes presidenciais dos países-membros. Enquanto o interesse da sociedade civil europeia no êxito do processo de integração era grande, a vontade política dos chefes de Estado é o motor para o desenvolvimento do bloco sul-americano. Malamud (2000) nomeou a estrutura do Mercosul em seu processo de formação como uma espécie de “inter-presidencialismo”, onde os presidentes são os atores-chave. Para completar, Vigevani e Mariano (1997) afirmam que a participação do setor privado “foi apenas consultiva, não intervindo diretamente na tomada de decisões”.

Tais argumentos ajudam a compreender o motivo pelo qual a sociedade no Mercosul mostra-se alheia ao processo de integração. É possível perceber que a imensa maioria da população dos estados-membros não é capaz de identificar o estágio em que o bloco se encontra muito menos entender aonde se pretende chegar com a integração regional. O ponto é que, por mais que a sociedade careça de educação e informação, o interesse popular

acerca do Mercosul ainda é pequeno, isto é, não há preocupação nem pressão civil acerca do andamento do projeto.

Almeida (2000) sugere que um problema da evolução política do Mercosul é a adoção integral de instituições supranacionais. A preocupação reside na maneira como será realizada e absorvida a transição, já que a soberania estatal e os interesses nacionais seriam relegados ao segundo plano. Apesar da cessão da soberania, a internacionalização efetiva das economias e a assumida interdependência entre os países membros do Mercosul parece ainda distante.

Outro fator abordado por Almeida (2000) é o da cooperação política entre os países-membros. Segundo ele, não existe uma instituição, como ocorre na Europa, onde seja discutida a cooperação política e onde haja coordenação das chancelarias para uma atuação conjunta. Do mesmo modo, falta uma instância para a pauta militar e estratégica na região. Todavia, o autor frisa que são constantes as consultas políticas entre os membros do bloco, sobretudo Brasil e Argentina, tanto a nível presidencial como por meio de seus diplomatas. O fato é que relações apenas consultivas são medidas extremamente paliativas para quem busca uma integração mais intensa.

A entrada da Venezuela divide opiniões. Se, por um lado, o país é visto como um mercado a mais para os atuais integrantes do Mercosul, por outro há sérios questionamentos sobre a conduta do ditador-presidente Hugo Chávez. A intenção do Mercosul é de não se tornar um problema nas relações entre os países do bloco e com o resto do mundo, além de não retardar o seu processo de integração. Entretanto, os parlamentos de todos os países votaram a favor da adesão do país de Chávez ao Mercosul, exceção feita ao congresso paraguaio que ainda não votou a respeito da questão, mas parece estar disposto a ser contrário aos demais e impedir a inclusão venezuelana como membro efetivo do bloco.

O regime aduaneiro vigente é falho. Exceções feitas ao longo do processo de integração, que já deveriam ter sido extintas, continuam a vigorar e outras foram ampliadas. Almeida (2007) avalia que o Mercosul necessita de um código aduaneiro e de uma autoridade aduaneira unificada. Ademais, segundo o autor, há limitações consideráveis no

que tange as diferentes estruturas tributárias e os regimes de fiscalização. Ocorre que para agravar a situação, ele nota uma acomodação das lideranças políticas dos estados-membros em realizar as mudanças legais imprescindíveis para a obtenção do mercado comum.

O lado social permanece como um forte entrave à união monetária do Mercosul. Os países-membros possuem distintos níveis de indicadores sociais, algo que dificulta a criação de políticas públicas voltadas ao combate das desigualdades sociais. O Paraguai possui os piores indicadores quando comparado aos demais membros do bloco. Este só obtém um índice superior ao brasileiro referente à taxa de analfabetismo da população adulta. Por sua vez, Argentina e Uruguai apresentam indicadores muito semelhantes e superiores aos demais. Percebe-se uma longa distância social e econômica entre os integrantes do Mercosul. Ainda que o Brasil possua indicadores sociais baixos, isso decorre da discrepância entre as próprias regiões do país.

**Tabela VII - Informações acerca do índice de desenvolvimento humano (IDH), esperança média de vida, taxa de alfabetização e de mortalidade infantil nos países membros do Mercosul.**

	IDH	Esperança média de vida*	Taxa de alfabetização de adultos**	Taxa de mortalidade infantil***
Argentina	0.866	75.2	97.6	11.44
Uruguai	0.865	76.1	97.9	11.32
Brasil	0.813	72.2	90.0	22.58
Paraguai	0.761	71.7	94.6	24.68

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2009 (PNUD) e CIA - The World Factbook

\* em anos

\*\* % com idades a partir de 15 anos

\*\*\* número de mortes a cada 1.000 nascimentos

Observando a estrutura econômica e social paraguaia, é nítido que o nosso vizinho se apóia em uma economia basicamente primária e rural, provocando efeitos como fraca urbanização e pequena dívida externa. Portanto, considerando uma comparação do Paraguai com as regiões Sul e Sudeste do território brasileiro apenas, o desnível social e econômico é altíssimo. Tal análise opõe-se à ótica de que para existir uma área monetária ótima é necessário absorver choques adversos de maneira simétrica.

Rodrigues (2001) afirma que a iminência da criação dos blocos econômicos para fazerem frente à globalização deve ser acompanhada de políticas de crescimento econômico e de melhora da qualidade de vida da população. De acordo com Sarti e Furtado (1993), a

maior dificuldade encontrada num processo de integração está relacionada com as discrepâncias existentes nos planos econômico e social dos países da região. Por exemplo, Rodrigues (2001) apresenta as economias argentina e uruguaia, que mesmo não sendo tão amplas e desenvolvidas quando comparadas à brasileira, possuem indicadores sociais indiscutivelmente superiores. Este caso relata a dificuldade de tomar decisões políticas que contemplem toda a região do Mercosul devido às suas distintas conjunturas, sem prejudicar uma ou outra região.

Ainda sob o ponto de vista social, a cultura ocupa uma posição de destaque. Um fator considerado relevante para o avanço da integração no Mercosul é a quantidade de línguas faladas na região, visto que se restringem apenas ao espanhol e ao português. Tal fator inclusive já alterou o perfil do ensino no Brasil com o incentivo do aprendizado da língua espanhola. Em contrapartida, da mesma forma, o ensino da língua portuguesa nos demais países-membros é uma realidade.

Entretanto, a diversidade cultural é abrangente. Considerando apenas o território nacional é possível encontrar infindáveis misturas de gostos, religiões, comportamentos, valores, enfim tudo que caracteriza culturalmente uma região e que de certa forma, dificulta a integração dos povos. Então, a cultura sugere uma crescente afirmação da diversidade e para existir uma cooperação maior entre as nações a fim de buscar a união da região, a cultura deveria ultrapassar as fronteiras sem qualquer impedimento ou imposição.

Segundo Santos (2001), uma das melhores contribuições para a integração entre os países do bloco é uma proposta severa quanto ao desenvolvimento humano. Ao mesmo tempo em que Argentina e Uruguai apresentam níveis de IDH similares ao de alguns países europeus, Brasil e Paraguai necessitam investir mais do que seus vizinhos na qualidade de vida da população. Os membros do Mercosul se encontram carentes de propostas comuns a respeito da evolução da sociedade e de seus cidadãos.

### **III.3 – Integração monetária no Mercosul: teoria versus prática**

De acordo com a análise teórica de uma AMO, alguns critérios devem ser observados a fim de que uma região possa ser considerada ideal para abrigar uma união monetária. Esta seção irá confrontar a teoria com o que efetivamente ocorre na prática. Desta forma, será possível inferir se o Mercosul possui ou não tais características necessárias para o avanço da integração na região.

A começar pela política cambial, inúmeras variantes foram estudadas e explicadas ao longo do capítulo I. Chegou-se a conclusão que num modelo ideal, uma política de câmbio fixo internamente - dentro da união monetária - combinada com outra de câmbio flexível externamente - com os demais países ou regiões - aumentaria a eficiência econômica, equilibraria mais facilmente os balanços interno e externo além de minimizar as conseqüências do *trade-off* entre desemprego e inflação. Os países do Mercosul utilizam-se de taxas de câmbio flexíveis - não considerando a participação da Venezuela - com o resto do mundo (vide anexo II).

Kawai (1987) relaciona a discussão da preferência por taxas de câmbio flexíveis ou fixas com a flexibilidade de preços e salários. Em casos de total flexibilidade de preços e salários numa região, taxas de câmbio fixas seriam mais apropriadas por realizar os ajustes reais mais rapidamente. Ou seja, na melhor hipótese, esperava-se que na área do Mercosul houvesse perfeita flexibilidade de preços e salários para que diante de eventuais choques em uma região do bloco, a resposta da autoridade monetária não gerasse um problema em uma outra área dentro do Mercosul. Mundell (1961) exemplifica o caso de uma política anti-inflacionária em um local, promover o desemprego em outro local dentro da mesmo bloco. Em casos como este descrito por Mundell (1961), taxas de câmbio flexíveis seriam preferidas por assumirem o papel da flexibilidade de preços e salários.

O Mercosul não é uma área caracterizada pela perfeita flexibilidade de preços e salários. Todavia, Almeida (2000) entende que os membros do bloco poderiam utilizar um mecanismo de paridades cambiais com pequenas variações cambiais, mas não o fazem. Sendo assim, a utilização do câmbio fixo internamente é prejudicada e os países não atuam de maneira conjunta para minimizar os efeitos de choques adversos.

Mundell (1961) alerta para a importância da mobilidade dos fatores de produção dentro de uma região que pretende atingir a união monetária. Por sua vez, McKinnon (1963) considera a mobilidade dos recursos inter-industriais como fator necessário à integração monetária. Segundo Giambiagi (1999), os distintos níveis econômicos, aspectos culturais e leis, sobretudo as trabalhistas, emperram a mobilidade dos fatores de produção no Mercosul. É nítido que as diferentes estruturas industriais entre os membros do bloco inibem a mobilidade dos recursos inter-industriais, a ponto de Averborg (2002) apontar mudanças na política industrial como fator imprescindível para alcançar a integração monetária. Ademais, a criação do FOCEM reforça a necessidade de tratar de tais assimetrias estruturais.

McKinnon (1963) aborda a questão do grau de abertura de uma economia, ao discorrer sobre a razão entre produtos *tradables* por *non-tradables*. Ainda que o Brasil possua um bom nível de abertura comercial, seguindo os padrões de McKinnon (1963), seus parceiros de Mercosul se encontram em diferentes patamares de abertura econômica. A Argentina encontra-se num estágio abaixo do brasileiro, porém ambos não podem ser comparados com o baixo grau de abertura das economias uruguaia e paraguaia. Há uma enorme discrepância nesse quesito entre os membros plenos do bloco, o que claramente não os qualifica como uma AMO. Contrariamente à situação mercosulina, observou-se na UE que os primeiros países a ingressarem no bloco possuíam um alto grau de abertura econômica entre si, algo similar à relação Brasil-Argentina<sup>9</sup>, não se estendendo aos demais.

Kenen (1969) foca na diversificação da produção como um critério a ser perseguido com o intuito de evitar ou simplesmente amenizar choques externos. Giambiagi (1998) concorda ao afirmar que os países do Mercosul deveriam diversificar sua pauta de exportações e Averborg (2002) sugere uma reforma industrial direcionando investimentos e aproveitando as vocações dos membros do bloco.

Ocorre que estas nações possuem exatamente o Brasil ou o Mercosul como principal parceiro comercial, algo que inibe ainda mais a remota possibilidade de diversificação da

---

<sup>9</sup> Fernando Almeida, em sua tese de doutorado intitulada “Brasil e Argentina: Razões da coesão (1976-2000)”, analisa fatores históricos, econômicos e comerciais que sugerem a união entre os dois países, a despeito de Uruguai e Paraguai.

produção. Isso porque dificilmente um país do bloco irá direcionar seus escassos investimentos ou se especializar em um campo onde seu parceiro comercial é competitivo, por mais que ele também o seja. A tendência dos blocos econômicos é a de que suas economias venham a se complementar. Dessa forma, a diversificação da produção demanda tempo, estudo, investimento e vontade política. Ou seja, o Mercosul está longe de ser um bloco diversificado no que diz respeito a sua produção.

Outro fator considerado no plano teórico é o tamanho do fluxo comercial dentro da região. Neste caso, o comércio intra-área localiza-se em torno de 25% do total comercializado com o resto do mundo desde 2005 (vide anexo I). Logo, os países membros devem coordenar suas ações macro e microeconômicas, aprofundarem suas relações políticas e comerciais a fim de tornarem-se mais resistentes diante das adversidades externas. Para tanto, precisam lidar com os empecilhos citados por Almeida (2000)<sup>10</sup> e a lista de exceções à TEC que ainda impedem o Mercosul de ser considerado uma união aduaneira completa.

Kawai (1987) revela que a integração política é primordial para o êxito do projeto de união monetária. Segundo ele, renúncia à autonomia nacional, coordenação conjunta entre as autoridades monetárias e criação de um banco central supranacional são fatores vitais para se ter uma AMO funcionando adequadamente. No Mercosul, Giambiagi (1998) cita que a heterogeneidade dos interesses nacionais atrapalha o andamento do projeto. Veiga (2007) reforça o predomínio de “vozes nacionais” ao invés de “vozes regionais”, as quais deveriam ser priorizadas. Por fim, Almeida (2000) percebe que falta uma instituição supranacional para nortear a atuação conjunta dos países membros em setores estratégicos, como o militar.

Para completar, a integração dos mercados financeiros é nula. Por mais que este seja um instrumento de ajuste para desequilíbrios temporários, nota-se que cada nação busca corrigir os choques de forma individual, alterando variáveis econômicas conforme entende ser necessário, não considerando os demais parceiros de bloco e, menos ainda, as possíveis

---

<sup>10</sup> Lista de descontentamentos apresentada por Almeida (2000) no primeiro parágrafo da página 37.



conseqüências de suas decisões para o Mercosul. Retorna-se à ausência de coordenação política e macroeconômica.

Quadro III: Mercosul: Teoria versus Prática

O que a teoria sugere?	O que ocorre na prática?	Mercosul - Área Monetária Ótima?
<b>Câmbio fixo internamente e flexível externamente</b>	Câmbio flexível interna e externamente.	Não.
<b>Mobilidade interna dos fatores de produção e recursos inter-industriais</b>	Imobilidade interna dos fatores de produção e pequena mobilidade de recursos inter-industriais.	Não.
<b>Grau de abertura comercial</b>	Brasil possui um bom nível de abertura comercial, Argentina se encontra num patamar inferior e Uruguai e Paraguai possuem baixo grau de abertura.	Não.
<b>Fluxo comercial intra-regional</b>	Inferior ao que é necessário.	Não.
<b>Diversificação da produção</b>	Brasil tem o maior grau de diversificação, seguido da Argentina, porém Uruguai e Paraguai não são consideradas economias diversificadas.	Não.
<b>Flexibilidade de preços e salários</b>	Não há perfeita flexibilidade de preços e salários.	Não.
<b>Integração dos mercados financeiros</b>	Não há integração dos mercados financeiros.	Não.
<b>Integração política</b>	Fraca integração e coordenação política.	Não.

Fonte: Própria

O quadro acima sintetiza o que foi abordado na presente seção e é possível confirmar que as ideias das principais referências teóricas acerca do tema não condizem com a realidade encontrada no Mercosul. As diferenças são enormes e o progresso é muito lento. Inclusive, é válido ressaltar que o bloco permanece na etapa de união aduaneira incompleta e ainda não atingiu a etapa seguinte, o mercado comum. Logo, a integração monetária parece ser um alvo difícil de ser alcançado.

## CONCLUSÃO

O debate acerca de uma política monetária comum, com a introdução de uma moeda única e de um Banco Central supranacional no Mercosul atrai cada vez mais a atenção de especialistas em virtude do resultado obtido na zona do euro. Este trabalho procurou mostrar a possibilidade do Mercosul alcançar uma integração monetária, a partir das teorias de áreas monetárias ótimas e da experiência européia, efetivamente a única região que atingiu essa etapa.

O Mercosul não atende por uma área monetária ótima visto que não contempla os critérios expostos ao longo do trabalho. Soma-se a isto o fato de que o legado europeu não possa ser estritamente transportado para o Mercosul, devido às diferentes conjunturas observadas em ambas as áreas. Entretanto, é possível e necessário retirar lições do modelo de integração européia.

Apesar da importante referência européia na literatura dos blocos econômicos, a crise da dívida fiscal na UE demonstra que dificuldades serão enfrentadas ao longo do processo de integração. Por mais que todas as etapas tenham sido cumpridas e que, em sua maioria, os critérios tenham sido obedecidos, os blocos econômicos não estão isentos de falhas ou choques, inclusive após a sua conclusão. Um processo de integração é algo complexo. Como analisado anteriormente, esta crise será desafiadora para a UE confirmar verdadeiramente se possui uma união política e econômica.

Devem-se ressaltar as peculiaridades do bloco sul-americano. Diferentemente do que ocorreu na Europa, onde a maior parte dos padrões estabelecidos foram respeitados, observa-se que os membros do Mercosul não se esforçam o suficiente para cumprir as regras definidas na agenda. Ainda não há coordenação macroeconômica, há sérias dificuldades para a harmonização tributária e falta sintonia entre as aspirações econômicas dos países-membros. A esfera comercial, apesar de crescente, carece de cuidados. A TEC possui uma densa lista de exceções que atrapalha o avanço da integração regional. As diferentes estruturas tributárias e os distintos regimes de fiscalização não colaboram para a criação de

um código aduaneiro unificado. As enormes discrepâncias sociais entre os países-membros também acarreta em dificuldades para a promoção de políticas públicas comuns voltadas ao combate das desigualdades.

No campo político, observa-se a ausência de instituições organizadas. A questão da supranacionalidade também emperra o desenvolvimento do bloco, já que o Brasil, principal ator, parece reticente quanto à perda de sua soberania. Por sua vez, o caso da adesão venezuelana demonstra a fragilidade institucional do bloco que sucumbe às vontades de políticos complacentes com o regime chavista, ao invés de analisar friamente os benefícios a serem gerados com a entrada daquele país no Mercosul.

São complexas as limitações envolvendo o processo de integração no Mercosul. Além do mais, o progresso observado é muito aquém do necessário para mudar a situação. O bloco ainda não completou efetivamente a união aduaneira, muito menos alcançou o estágio de mercado comum, seu objetivo inicial e, por isso, percebe-se um longo caminho até o Mercosul vir a se tornar uma união monetária.

É fato que a integração monetária na região não é viável a curto e médio prazos. É provável que nem a longo prazo o Mercosul seja capaz de atingir a união monetária. O capítulo III do trabalho apresenta as ações necessárias e os pontos sensíveis que devem ser tratados a fim de que os obstáculos atuais sejam superados. Sabe-se que a reparação de tais limitações não ocorre de forma simples e rápida. Em sua maioria, requer tempo e vontade política. Ou seja, depende de um interesse maior das autoridades políticas em aprofundar o estágio de integração do Mercosul, além de enormes mudanças institucionais, econômicas e sociais.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, P. R. O Brasil e o futuro do MERCOSUL: dilemas e opções. In: CASELLA, P. B. (Coord.). *MERCOSUL: integração regional e globalização*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

\_\_\_\_\_. Uma pesquisa sobre o Mercosul: sua possível evolução até 2011 e 2021. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 79, ano VII, Dezembro de 2007.

\_\_\_\_\_. A experiência de integração europeia e a evolução do Mercosul. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, nº 1, ano I, Outubro de 2000.

ARESTIS, P.; PAULA, L.F. (ed.) *Monetary union in MERCOSUR: lessons from EMU*. Aldershot: Edgard Elgar, 2003.

AVERBUG, M. Mercosul: Expectativas e Realidade. *Revista do BNDES*, v.9, n.17, p.75-98, jun. 2002.

CHAGAS, L. e BAUMANN, R. Integração monetária no Mercosul: ganhos com menores custos de transação?. *Economia. Aplicada*, vol.11, n.1, pg. 95-111. São Paulo, jan - mar 2007.

EMU@10: SUCESSOS E DESAFIOS APÓS 10 ANOS DE UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA. Atualizado em 07/05/2008. Disponível em <[http://eurlex.europa.eu/smartapi/cgi/sga\\_doc?smartapi!celexplus!prod!DocNumber&lg=pt&type\\_doc=COMfinal&an\\_doc=2008&nu\\_doc=238](http://eurlex.europa.eu/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexplus!prod!DocNumber&lg=pt&type_doc=COMfinal&an_doc=2008&nu_doc=238)> Acessado em 21/08/2009.

FRANKEL, J. e ROSE, A. The endogeneity of the optimum currency areas. In BLEJER, M. et alii (eds). *Optimum Currency Areas – New Analytical and Policy Developments*. International Monetary Fund, 1997.

GIAMBIAGI, F. Mercosul: Por que a unificação faz sentido, a longo prazo? *Ensaio BNDES*, n. 12, p. 1-35, Rio de Janeiro, dez. 1999.

\_\_\_\_\_. Moeda única do Mercosul: notas para o debate. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.41, n.1, pp. 24-39, 1998.

\_\_\_\_\_.; RIGOLON, F. Áreas monetárias ótimas: teoria, unificação monetária europeia e aplicação para o Mercosul. *Ensaio BNDES*, n. 08, 1998.

GUEROT, U. A situação da integração europeia: entre a reforma institucional e a ampliação rumo à Europa Central e Oriental. In: HOFMEISTER, W. *União Europeia: transtornos e alcance da integração regional*. *Cadernos Adenauer*, n. 02, 2001.

KAWAI, M. Optimum Currency Areas. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Eds.): *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*. New York: Stockton Press, pp. 740–742, 1987.

KENEN, P. The theory of optimum currency areas: an eclectic view. In: MUNDELL, R.; SWOBODA, A. (Eds.). Monetary problems of the international evidence. *Discussion Paper 2295*. London: Centre for Economic Policy Research, 1969.

MALAMUD, A. *Presocialism And Mercosur: A Hidden Cause For a Successful Experience*. Buenos Aires: Mimeo, 2000.

MARIANO, K. L. P. e VIGEVANI, T. A Burocracia na Integração Regional (e no Mercosul): Influência no processo decisório. *Contexto Internacional*, vol.19, nº2, 1997.

MCKINNON, R. Optimum currency areas. *American Economic Review*, p. 717-725, Sep. 1963.

MUNDELL, R. A. A theory of optimum currency areas. *American Economic Review*, 51, p. 657-665, Nov. 1961.

\_\_\_\_\_ Updating the agenda for monetary union. In: BLEJER, M. et alii (eds.). *Optimum currency areas – New Analytical and Policy Developments*. International Monetary Fund, 1997.

PEIXOTO, F. Países do Mercosul querem comércio com moedas locais até 2010. Atualizado em 24/07/2009. Disponível em <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/07/090724\\_mercosul\\_rc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/07/090724_mercosul_rc.shtml)> Acessado em 15/12/2009.

RIBEIRO, M. F. O Euro e as perspectivas de implantação de uma moeda única no Mercosul. *Revista Tributário*, 2002.

RODRIGUES, A. Os países do Mercosul frente à globalização. In: FERREIRA, M. N. (Org.) *Mercosul, A Realidade Do Sonho*. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

RUMO À MOEDA ÚNICA: SÍNTESE HISTÓRICA DA UEM. Atualizado em 22/02/2007. Disponível em <[http://europa.eu/legislation\\_summaries/economic\\_and\\_monetary\\_affairs/introducing\\_euro\\_practical\\_aspects/125007\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/introducing_euro_practical_aspects/125007_pt.htm)> Acesso em 21/08/2009.

SANTOS, C. A. Os desafios da integração. In: FERREIRA, M. N. (Org.) *Mercosul, A Realidade Do Sonho*. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

SARTI, R, FURTADO, J. Os setores industriais no Mercosul. In: BATTAGLINI, Elena (Org.). *MERCOSUL: Integração na América Latina e suas relações com a Comunidade Européia*. São Paulo: Inca/Desep/Ires, 1993.

UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA E O EURO. Disponível em <<http://www.eu4journalists.eu/index.php/dossiers/portuguese/C23>> Acessado em 21/08/2009.

UNIÃO MONETÁRIA EUROPÉIA – ANTECEDENTES. Disponível em <<http://web.dip-badajoz.es/eurolocal/ptxt/emu/antecedentes.htm>> Acessado em 13/02/2010.

VARTANIAN, P. R. O Mercosul e a coordenação macroeconômica. Edição nº 1004/07, Abril 2008. Disponível em <<http://www.trevisanconsult.com.br/BoletimInternacional/ABRIL/materia3.htm>> Acessado em 30/08/2009.

VEIGA, P. M. A União Européia, referência obrigatória para a integração econômica. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Nº 91, Abr - Jun 2007.

WELLBAUM, A. Após 17 anos, Mercosul ainda engatinha. Atualizado em 12/03/2008. Disponível em <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080303\\_ams\\_uruguai\\_mercosul\\_aw.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080303_ams_uruguai_mercosul_aw.shtml)> Acessado em 30/08/2009.

## ANEXO I: Indicadores Sócio-Econômicos do Mercosul entre 1990-2009.

### MERCOSUL

INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS  
1990-2009

INDICADOR	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009 (a)
População total (em mil hab.)	189 488	204 690	220 163	235 409	238 432	241 453	244 456	247 419
Crescimento demográfico (%)	1,7	1,5	1,4	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2
População urbana (%/total)	76,3	79,1	82,1	84,3				b)
Natalidade (taxa média anual/1 000 hab.)	22,5	21,4	20,2	19,0				b)
Mortalidade (taxa média anual/1000 hab.)	7,1	6,8	6,7	6,7				b)
Alfabetismo (%) (1)	69,1	71,3	73,2	75,1				
PIB (US\$ mi, 2000) (2)	706 582	859 063	956 003	1 082 221	1 139 967	1 215 269	1 285 257	1 284 342
PIB per capita (US\$, 2000) (2)	3 729	4 197	4 342	4 597	4 781	5 033	5 258	5 191
PIB (taxa de crescimento) (2)	-3,2	2,8	2,6	4,9	5,3	6,6	5,8	-0,1
PIB per capita (taxa de crescimento) (2)	-4,8	1,2	1,1	3,6	4,0	5,3	4,5	-1,3
PIB corrente (US\$ mi) (2)	663 381	1 055 123	958 397	1 088 274	1 331 287	1 630 558	1 947 581	1 622 785
PIB corrente per capita (US\$) (2)	3 501	5 155	4 353	4 623	5 584	6 753	7 967	6 559
PIB per capita a PPC (US\$) (3)	5 328	6 643	7 444	8 879	9 487	10 226	10 890	10 717
Geração de energia elétrica (GWh/ano) (4)	291 033	372 165	474 476	570 236	591 082	...	...	...
Potência instalada (MW) (4)	76 949	88 424	109 168	131 264	135 445	139 401	...	...
Geração/habitante (KWh/hab./ano) (4)	1 536	1 818	2 155	2 422	2 479	...	...	...
Receita líq. investimento externo direto (US\$ mi)(5)	2 237	7 842	40 387	17 362	-4 620	33 804	34 463	...
Receita líq. investimento externo direto (% PIB corrente)	0,34	0,74	4,21	1,60	-0,35	2,07	1,77	...
Exportação global FOB (US\$ mi)	46 433	70 494	84 597	163 910	189 912	223 502	278 302	...
Importação global CIF (US\$ mi)	29 302	79 862	89 729	113 145	139 321	182 511	257 251	...
Exportação intra-regional FOB (US\$ mi)	7 679	21 311	27 206	43 172	52 655	61 522	75 340	...
Importação intra-regional CIF (US\$ mi)	6 367	19 288	23 969	28 600	36 859	46 422	60 965	...
Importação intra-mercado FOB (US\$ mi)	4 240	14 441	18 031	21 654	25 993	33 549	33 550	...
Exportação intra-regional/global (%)	17	30	32	26	28	28	27	...
Importação intra-regional/global (%)	22	24	27	25	26	25	24	...
Importação intra-mercado/global (%)	14	18	20	19	19	18	13	...
Índice valor unitário exportação global (1995=100)	105,5	116,1	100,0	117,9	131,1	145,1	182,4	...
Índice quantum exportação global (1995=100)	62,4	86,1	120,0	197,3	205,4	218,5	216,5	...
Índice valor unitário importação global (1995=100)(6)	129,5	111,2	100,0	116,4	122,9	132,8	158,1	...
Índice quantum importação global (1995=100)(6)	28,3	89,9	112,4	121,7	141,9	172,0	203,8	...
Termos do intercâmbio do comércio global (1995=100)	81,5	104,4	100,0	101,2	106,7	109,2	115,4	...
Dívida externa global (US\$ mi)(7)	191 782	267 778	384 106	297 723	295 091	333 186	342 007	...
Dívida/habitante (US\$)	1 012	1 308	1 745	1 265	1 238	1 380	1 399	...
Relação dívida externa/exportações	4,13	3,80	4,54	1,82	1,55	1,49	1,23	...

Elaboração: Secretaria-Geral da ALADI

Nota: O MERCOSUL abrange a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai

(1): Porcentagem da população com idade igual ou superior a 15 anos

(2): A preços de mercado

(3): PIB per capita a paridade do poder de compra

(4): Os dados incluem autogeração

(5): No ano 1990, não inclui os dados do Uruguai

(6): Calculado com base nas importações FOB

(7): Saldo ao final do ano

a): Dado provisório ou estimativa preliminar

b): Média quinquenais

...: Dado não disponível

Última atualização: Setembro 2009

ANEXO II: América do Sul – Regimes de Câmbio em 1998, 2002, 2006 e 2007.

	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
<b>Argentina</b>	Currency Board	Flexível	Flexível	Flexível
<b>Bolívia</b>	Bandas Cambiais	Bandas Cambiais	Bandas Cambiais	Bandas Cambiais
<b>Brasil</b>	Flexível	Flexível	Flexível	Flexível
<b>Chile</b>	Bandas Cambiais	Flexível	Flexível	Flexível
<b>Colômbia</b>	Bandas Cambiais	Flexível	Flexível	Flexível
<b>Equador</b>	Bandas Cambiais	Dolarização	Dolarização	Dolarização
<b>Guiana</b>	Flexível	Flexível	Flexível	Flexível
<b>Paraguai</b>	Flexível	Flexível	Flexível	Flexível
<b>Peru</b>	Flexível	Flexível	Flexível	Flexível
<b>Trinidad e Tobago</b>	Flexível	Flexível	Fixo	Fixo
<b>Uruguai</b>	Bandas Cambiais	Flexível	Flexível	Flexível
<b>Venezuela</b>	Bandas Cambiais	Flexível	Fixo	Fixo

Fonte: CEPAL (2007) baseada na classificação de regimes monetários e de câmbio do FMI.



# ANEXO III: Balança Comercial brasileira frente ao Mercosul e aos países-membros do bloco entre 1999 e 2009.



## INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL

RT401

11/01/2010

US\$ 1000 F.O.B.

Ano	TOTAIS GERAIS			MERCOSUL			Argentina			Paraguai			Uruguai		
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo
1999	34.382.620	18.263.433	16.119.187	1.379.718	2.191.679	-811.961	722.115	1.238.681	-516.566	322.932	358.640	-35.708	334.671	594.358	-259.687
1990	31.413.756	20.661.362	10.752.394	1.320.245	2.311.827	-991.582	645.140	1.399.720	-754.580	380.484	331.513	48.971	294.621	580.594	-285.974
1991	31.620.439	21.040.471	10.579.968	2.309.352	2.242.704	66.648	1.476.170	1.609.295	-133.125	496.114	220.546	275.568	337.068	412.863	-75.795
1992	35.792.986	20.554.091	15.238.895	4.097.470	2.228.563	1.868.907	3.039.984	1.731.625	1.308.359	543.320	194.998	348.322	514.166	301.940	212.226
1993	38.554.769	25.256.001	13.298.768	5.386.910	3.378.254	2.008.656	3.658.779	2.717.266	941.513	952.320	275.609	676.711	775.811	385.379	390.432
1994	43.545.149	33.078.690	10.466.459	5.921.475	4.583.271	1.338.204	4.135.864	3.661.966	473.898	1.053.623	352.455	701.168	731.988	568.850	163.138
1995	46.506.282	49.971.896	-3.465.614	6.153.768	6.843.924	-690.156	4.041.136	5.591.393	-1.550.257	1.300.733	514.654	786.079	811.899	737.877	74.022
1996	47.746.728	53.545.767	-5.599.039	7.305.282	8.301.547	-996.265	5.170.032	6.843.467	-1.635.435	1.324.582	552.239	772.343	810.668	943.841	-133.173
1997	52.982.726	59.747.227	-6.764.501	9.045.111	9.426.134	-381.023	6.769.402	7.941.276	-1.171.874	1.406.328	517.518	888.810	869.381	967.340	-97.959
1998	51.139.862	57.763.476	-6.623.614	8.878.234	9.416.203	-537.969	6.748.204	8.023.468	-1.275.264	1.249.436	350.622	898.814	880.594	1.042.113	-161.519
1999	48.012.790	49.301.558	-1.288.768	6.778.178	6.719.245	58.933	5.364.140	5.812.211	-448.071	744.308	260.362	483.946	669.730	646.672	23.058
2000	58.118.920	55.850.663	-731.743	7.739.599	7.796.209	-56.610	6.237.684	6.843.232	-605.548	832.473	351.351	481.122	669.442	601.626	67.816
2001	58.286.593	55.601.758	2.684.835	6.374.455	7.009.674	-635.219	5.009.810	6.206.537	-1.196.727	721.253	300.207	421.046	643.392	502.930	140.462
2002	60.438.653	47.242.654	13.195.999	3.318.675	5.611.720	-2.293.045	2.346.508	4.743.785	-2.397.277	559.625	383.088	176.537	412.542	484.847	-72.305
2003	73.203.222	48.325.567	24.877.655	5.684.310	5.685.229	-919	4.569.768	4.672.611	-102.843	708.750	474.750	234.000	405.792	537.868	-132.076
2004	96.677.499	62.835.616	33.841.883	8.934.902	6.390.493	2.544.409	7.390.967	5.569.812	1.821.155	873.353	297.825	575.528	670.582	522.856	147.726
2005	118.529.185	73.600.376	44.928.809	11.746.012	7.053.699	4.692.313	9.930.153	6.241.110	3.689.043	962.721	318.936	643.785	853.138	493.653	359.485
2006	137.807.470	91.350.841	46.456.629	13.985.829	8.967.387	5.018.442	11.739.592	8.053.263	3.686.329	1.233.639	295.899	937.740	1.012.598	618.225	394.373
2007	160.649.073	120.617.446	40.031.627	17.353.577	11.624.752	5.728.825	14.416.946	10.404.246	4.012.700	1.648.191	434.120	1.214.071	1.288.440	786.386	502.054
2008	197.942.443	172.984.768	24.957.675	21.737.308	14.934.112	6.803.196	17.605.621	13.258.442	4.347.179	2.487.561	657.517	1.830.044	1.644.126	1.018.153	625.973
Janeiro	13.276.884	12.354.336	922.548	1.591.568	1.292.786	298.782	1.302.004	1.129.086	172.918	174.023	78.065	95.958	115.541	85.635	29.906
Fevereiro	12.799.920	11.952.230	847.690	1.593.500	1.275.621	317.879	1.318.997	1.143.776	175.221	168.902	60.068	108.834	105.601	71.777	33.824
Março	12.612.775	11.626.159	986.616	1.614.013	1.136.021	477.992	1.346.274	1.021.733	324.541	157.815	41.258	116.557	109.924	73.030	36.894
Abril	14.058.430	12.326.152	1.732.278	1.615.764	1.035.844	579.920	1.369.740	940.124	429.616	142.178	29.079	113.099	103.846	66.641	37.205
Mai	19.303.363	15.226.892	4.076.471	2.020.269	1.201.227	819.042	1.640.709	1.063.247	577.462	215.543	50.187	165.356	164.017	87.793	76.224
Junho	18.593.307	15.865.662	2.727.645	2.023.779	1.095.837	927.942	1.611.267	941.338	669.929	253.912	61.121	192.791	158.600	93.378	65.222
Julho	20.451.410	17.123.308	3.328.102	2.208.983	1.230.249	978.734	1.763.558	1.095.294	668.264	286.090	50.570	235.520	159.335	84.385	74.950
Agosto	19.746.867	17.446.643	2.300.224	2.172.036	1.294.859	877.177	1.699.698	1.147.960	551.738	262.514	58.886	203.628	209.824	88.013	121.811
Setembro	20.017.208	17.259.383	2.757.825	2.119.602	1.638.781	480.821	1.732.031	1.454.600	277.431	240.275	84.931	155.344	147.296	99.250	48.046
Outubro	18.512.308	17.184.276	1.328.032	2.002.840	1.577.379	425.461	1.641.361	1.418.384	222.977	223.479	58.242	165.237	138.000	100.753	37.247
Novembro	14.752.573	13.118.556	1.634.017	1.505.895	1.152.642	353.253	1.239.984	1.030.426	209.558	149.202	40.557	108.645	116.709	81.659	35.050
Dezembro	13.817.398	11.501.172	2.316.226	1.269.060	1.002.866	266.194	939.998	872.474	67.524	213.628	44.553	169.075	115.434	85.839	29.595
2009	152.994.743	127.647.333	25.347.410	15.828.947	13.106.952	2.721.995	12.784.967	11.281.165	1.503.802	1.683.902	585.441	1.098.461	1.360.078	1.240.346	119.732
Janeiro	9.781.920	10.311.472	-529.552	796.012	710.591	85.421	643.390	607.987	35.403	85.545	31.465	54.080	67.077	71.139	-4.062
Fevereiro	9.586.406	7.825.393	1.761.013	901.186	782.212	118.974	693.516	665.762	27.754	133.869	31.029	102.840	73.801	85.421	-11.620
Março	11.809.225	10.052.723	1.756.502	1.127.106	1.073.924	53.182	898.606	915.282	-16.676	113.151	43.588	69.563	115.349	115.054	295
Abril	12.321.617	8.626.943	3.694.674	1.022.158	980.646	41.512	823.888	852.038	-28.150	112.229	31.867	80.362	86.041	96.741	-10.700
Mai	11.984.585	9.348.200	2.636.385	1.074.909	1.020.103	54.806	837.396	889.430	-52.034	132.633	34.068	98.565	104.880	96.605	8.275
Junho	14.467.785	9.861.976	4.605.809	1.274.477	1.191.117	83.360	1.044.372	1.054.656	-10.284	119.399	40.219	79.180	110.706	96.242	14.464
Julho	14.141.930	11.229.082	2.912.848	1.351.231	1.140.380	210.851	1.054.947	968.438	86.509	148.022	44.043	103.979	148.262	127.899	20.363
Agosto	13.840.850	10.774.945	3.065.905	1.405.002	1.046.517	358.485	1.122.785	882.379	240.406	142.693	60.504	82.189	139.524	103.634	35.890
Setembro	13.863.222	12.539.005	1.324.217	1.434.019	1.248.538	185.481	1.161.171	1.070.603	90.568	145.683	65.359	80.324	127.165	112.576	14.589
Outubro	14.081.686	12.753.284	1.328.402	1.620.167	1.292.938	327.229	1.312.495	1.101.483	211.012	174.936	64.035	110.901	132.736	127.420	5.316
Novembro	12.652.892	12.039.210	613.682	1.490.077	1.227.226	262.851	1.205.570	1.062.285	143.285	175.368	69.123	106.245	109.139	95.818	13.321
Dezembro	14.462.624	12.285.103	2.177.521	2.332.601	1.392.758	939.843	1.986.830	1.210.822	776.008	200.373	70.139	130.234	145.398	111.797	33.601

Obs: (\*) VAR % => CRITÉRIO DE CÁLCULO: Anual = Sobre o ano anterior na mesma proporção mensal / Mensal = Sobre o mês anterior.

(\*\*) PART. % => Participação percentual sobre o Total Geral do Brasil

IMPORTAÇÃO => Base ALICE - Dez/09, País de Origem. Dados definitivos até Dez/06. Dados preliminares para os meses seguintes.

EXPORTAÇÃO => Base ALICE - Dez/09, País de Destino Final.